Ano 1991

ESTADO DE RORAIMA
Câmara Municipal de Boa Vista
SETOR DE ATAS

ATA

ATA da Décima Segunda Sessão Ordinária do Trigésimo Sexto Período Legislativo da Quinta Legislatura da Câmara Municipal de Boa Vista - Estado de Roraima, realizada aos dezoito dias do mês de novembro de mil novecentos e noventa e um.

Aos dezoito dias do mês de novembro de mil novecentos e noventa e um, nesta cidade de Boa Vista - Estado de Roraima, no edifício da Câmara Municipal de Boa Vista, localizada na avenida Ene Garcêz, no Plenário Estácio Pereira de Mello, as dezenove horas e trinta minutos, realizou-se a Décima Segunda Sessão Ordinária sob a presidência do senhor Vereador Gilberto Inácio de Araújo e secretariado pela senhora Vereadora Ilka Macêdo Malla. O senhor presidente determinou a senhora secretária, proceder a chamada dos senhores Vereadores obedecendo a ordem alfabética, registrando-se a presença dos seguintes Vereadores: Almir Fortes França, José Sebastião Alves Bezerra, Maria Alice de Andrade Gomes, Maria de Lourdes Pinheiro, Ovídio Vieira da Costa, Paulo Magalhães Duarte, Raimundo Dantas Lavôr, Salomão Afonso de Souza Cruz, Thaumaturgo César Moreira do Nascimento . Constatando-se quorum legal e regimental o senhor presidente declarou aberta a Sessão e colocou para apreciação dos senhores Vereadores a ata do dia treze de novembro de noventa e um, que foi aprovada por unanimidade sem retificações. Em seguida determinou a senhora secretária proceder a leitura dos Expedientes : EXPEDIENTES ORIUNDOS DOS VEREADORES: Indicação número seiscentos e vinte oito barra noventa e um, de autoria do Vereador Almir Fortes França, indicando ao Prefeito Municipal, calçamento da rua Severino Mineiro entre as ruas Mário Homem de Melo e Ataíde Teive. Indicação número seiscentos e vinte nove barra noventa e um, de autoria do Vereador Almir Fortes França, indicando ao Prefeito Municipal, que seja estendida a linha de ônibus ao bairro

do Cauamé. Indicação número seiscentos e trinta barra noventa e um, de autoria do Vereador Raimundo Dantas Lavôr, indicando ao Prefeito Municipal, a urbanização da rua Mestre Albano, do bairro da Asa Branca ao Pricumã. Indicação número seiscentos e trinta e um barra noventa e um, de autoria do Vereador Raimundo Dantas Lavôr, indicando ao Prefeito Municipal, a urbanização da rua Armando Nogueira, do bairro da Asa Branca ao Conjunto Habitacional Pricumã. Indicação número seiscentos e trinta e dois barra noventa e um, de autoria do Vereador Raimundo Dantas Lavôr, indicando ao Prefeito Municipal, a urbanização da Avenida dos Bandeirantes, no bairro dos Buritis/Liberdade e Pricumã. Indicação número seiscentos e trinta e três barra noventa e um, de autoria da Vereadora Ilka Malla, indicando ao Diretor do Detran, que determine ao setor competente na implantação de quebra-molas na rua Manoel Felipe, em frente ao bairro Buritis, os acidentes são frequentes, naquele local. Indicação número seiscentos e trinta e quatro barra noventa e um, de autoria da Vereadora Ilka Malla, indicando ao Diretor da Eletronorte, que determine ao órgão competente a reposição das lâmpadas no trecho Ibama a direção do bairro Caranã II, as mesmas estão todas apagadas cusando mêdo a população. Indicação número seiscentos e trinta e cinco barra noventa e um, de autoria da Vereadora Ilka Malla, indicando ao Secretário de Obras e Urbanismo e Serviços Públicos, que determine o setor competente, a colocar barro em um buraco que se encontra nas proximidades do Colégio Vitória Mota Cruz, depois do Posto Médico do bairro Caçarí com o bairro dos Estados. Indicação número seiscentos e trinta e seis barra noventa e um, de autoria da Vereadora Ilka Malla, indicando ao secretário Municipal de Obras Urbanismo e Serviços públicos, maiores providências seja tomadas na rua Xiriana, bairro de Aparecida, pois a mesma se encontra com bastante areia que foi posta para realizar trabalhos de pavimentação e até hoje nada foi feito. Indicação número seiscentos e

trinta e sete barra noventa e um, de autoria do Vereador José Sebastião Alves Bezerra, indicando ao Prefeito Municipal, determinar ao órgão competente da Administração Municipal, executar serviços de tubulação no trecho Vila Pereira à Maloca do Barro com extensão de 550 metros para abastecimento d'água. Indicação número seiscentos e trinta e oito barra noventa e um, de autoria do Vereador Gilberto Inácio de Araújo, indicando ao Prefeito Municipal, determinar ao setor competente, que seja efetuada a coleta de lixo no bairro Caranã. Indicação número seiscentos e trinta e nove barra noventa e um, de autoria do Vereador Gilberto Inácio de Araújo, indicando ao Governador do Estado, autorizar ao órgão competente, construção de uma escola de 1º e 2º grau no bairro do Pricumã. Indicação número seiscentos e quarenta barra noventa e um, de autoria do Vereador Gilberto Inácio de Araújo, indicando ao Prefeito Municipal, determinar o setor competente, que efetue a coleta de liso no bairro Jardim Floresta. Indicação número seiscentos e quarenta e um barra noventa e um, de autoria do Vereador Gilberto Inácio de Araújo, indicando ao Governador do Estado, que autorize ao órgão competente, a execução dos serviços de revestimento primário, tubulação de valas, construção de meio fio, sarjeta e pavimentação asfáltica nas ruas Alamedas dos Bambús e Via das Flores no bairro do Pricumã. Indicação número seiscentos e quarenta e dois barra noventa e um, de autoria do Vereador Gilberto Inácio de Araújo, indicando ao Governador do Estado autorizar ao órgão competente a conclusão da pavimentação asfáltica da av. Prin cesa Isabel, interligando a av. São Sebastião no bairro Santa Tereza e construção de meio fio e sarjetas das referidas avenidas. Indicação número seiscentos e quarenta e três barra noventa e um, de autoria do Vereador Gilberto Inácio de Araújo, indicando ao Governador do Estado, que autorize ao órgão competente a execução dos serviços de revestimento primário, tubulação das valas, construção de meio fio e sarjetas e pavimentação asfáltica da av. Felipe Xaud, no bairro Asa Branca.

01 - PEQUENO EXPEDIENTE: Com a palavra o VEREADOR JOSÉ SEBASTIÃO AL
02 - VES BEZERRA: Senhor presidente, senhora secretária, nobres Verea
03 - dores, funcionários da Câmara e os demais visitantes. Eu quero
04 - deixar registrado nesta Casa, uma viagem que fiz, no norte do mu
05 - nicípio de Boa Vista. Estive contactando com as comunidades de
06 - BV-8 e Surumú e comunidades indígenas. No BV-8, o contato que eu
07 - estive com a comunidade, foi levando para eles, os trabalhos que
08 - serão iniciados em breve, de terraplanagem e limpeza urbana na-
09 - quela vila. Aquele povo ficou satisfeito porque, há muito me tem
10 - pedido que se faça, alguma coisa por aquela vila. Fiz as indica-
11 - ções ao senhor Prefeito, o qual me atendeu e me respondeu dizen-
12 - do que em breve as máquinas estarão subindo para Pacaraima, para
13 - começar os trabalhos naquela vila. E quero deixar também regis -
14 - trado aqui, que na minha visita, à vila de Surumú, já com muita'
15 - satisfação ví mudança. Nós temos na vila de Surumú, um adminis -
16 - trador que é roraimense, e que é filho de uma família tradicio -
17 - nal, da família Magalhães, ele é filho do senhor Dorval Maga
18 - lhaes, o nosso nobre amigo Agamenon Magalhães. E ele já começou
19 - a mostrar um trabalho, administrativo, naquela vila e a comunida
20 - de daquela vila também está satisfeita, com o início dos traba
21 - lhos do novo administrador. Também deverá está chegando na vila
22 - Surumú, o maquinário para fazer a limpeza urbana e os trabalhos
23 - necessários, para aquela vila voltar novamente a florir e os
24 - seus moradores, se sentirem satisfeitos de estarem morando na
25 - referida vila. Quero deixar também, registrado aqui, que estive'
26 - na comunidade do Taxí é uma comunidade indígena, onde aquelas pes
27 - soas que lá vivem, necessitam também de um trabalho voltado, pa-
28 - ra que se desenvolva, alguma coisa, porque é o núcleo onde convi
29 - ve mais ou menos, umas cento e poucas pessoas e lá nós temos
30 - uns quarenta eleitores, e pssivelmente deverá passar para sessen
31 - ta ou mais eleitores, dependendo de nós conseguirmos, uma pres -
32 - são documento, para aquela região. Levei a boa novas pra eles

que, há mais de oito anos, eles vivem lutando, para que nós consigamos através dos executivos municipal ou estadual, o picarramento de sua vicinal, que mais ou menos dá uns quinze quilômetros. E isso com muita felicidade, com muita satisfação e alegria, eu consegui com o Excelentíssimo senhor Prefeito, Barac Bento, para que seja feito o piçarramento, e aquela comunidade' saiba que nasceu naquela dificuldade, no inverno de poder tirar os seus produtos, que lá muitas vezes apodrecem e não tem como tirar. Hoje aquela comunidade, está de parabéns, porque dentro de uma semana nós iremos começar, o piçarramento da estrada , mas também, quero deixar registrado aqui, com muita honra, eu ví a recuperação do matadouro do Surumú, que foi construído em oitenta e três pelo Brigadeiro Ottomar de Souza Pinto. E quando a umas três semanas atrás eu usava os microfones da rádio roraima e dizia que o matadouro estava precário, o matadouro, estava abandonado, o matadouro não existia mais currais, não existia mais dependencia, estava quase tudo se desmoronando e todas as caixas d'água tinham caido. Graças a Deus, foi atendido também, e o senhor governador também está de parabéns, que hoje nós temos, um matadouro concluído, nós temos um matadouro reconstituido, e hoje, nós sabemos, a onde aquela comunidade, ou aquele ' povo daquela região pode matar uma rês com higiene porque o matadouro está funcionando adequadamente para isso. Portanto quero também, agradecer, ao senhor governador que também está dando condições, à aquele povo, para que também tenha os seus direitos, seus anseios resolvidos. Quero também deixar aqui, mais um registro que estive também na comunidade indígena de São Jorge, e lá presenciei, o trabalho associado, no meio deles construiram um clube de maês, com todos os recursos da comunidade,e nós iremos olhar com carinho, para que possamos, dar condições' a todos eles, a funcionar, e dar cursos, para que aquelas senhoras, tenham o direito de está também, pendente no meio soci-

al, que é o trabalho. E nós Vereadores é trazer a comunidade in-
dígena, para o nosso meio, e fazer como eles se sintam bem, e
sobreviva como um ser humano. Muito obrigado. Com a palavra o
VEREADOR THAUMATURGO NASCIMENTO: Senhor presidente, senhora se-
cretária, colegas Vereadores, nossa querida TV-E que se encon-
tra presnete aqui prestigiando a nossa Sessão, funcionários da
Câmara, minhas senhoras e meus senhores. Uso o Pequeno Expedien-
te, para destacar o ofício recebido do secretário de obras, do
governo do estado, no qual confirmava, como aceita pelo gover-
no estadual, a proposição que encaminhamos, para pavimentação
asfáltica ligando a av. Amazonas, fazendo contorno da av. T, pa-
ra encontrar, a parte já pavimentada que passa ao lado do con-
junto Caçarí. Então é uma obra, é um serviço muito importante ,
essa pavimentação, ela vai atender a um grande número de mora-
dores do bairro dos Estados, do bairro Caçarí, inclusive o bair-
ro Paraviana. Dessa forma se terá condições de interligar esses
três bairros, inclusive escoar o tráfego que sai do bairro dos
Estados para o centro da cidade, através da Av. Ville Roy. Que-
remos aqui então de público agradecer ao secretário Laécio e
esperar também que outras contidas no relatório que encaminha-
mos como sugestões, para o programa governamental para o exercí-
cio de noventa e dois, principalmente obras de saneamento,obras
de drenagem, obras de retificação e saneamento de nossos igara-
pés, para que, esses pedidos também possam ter, o mesmo efeito,
que ocorreu com a pavimentação da av. T-1, no bairro Paraviana
Muito obrigado. Com a palavra o VEREADOR PAULO DUARTE:Senhores
Vereadores, funcionários desta Casa, aqui presentes, assessores
jurídicos. Ocupo o Pequeno Expediente hoje, para nesta, íltima
Sessão desse período Legislativo, par lamentar profundamente ,
que projetos de lei, de colegas Vereadores, que tramitaram nor-
malmente nas comissões internas desta Casa, tenham sido prejudi-
cados, pelo fato de não entrarem, na Ordem do Dia, dostrabalhos

01 - Legislativo desta Casa. São projetos de lei, que visam o bem co
02 - mum, que visam o bem estar da nossa coletividade, da autoria dos
03 - mais diversos colegas Vereadores, desta Casa, que tem Pareceres
04 - favoráveis e desfavoráveis das comissões internas desta Casa, que
05 - foram entregues em tempo hábil, a técnica Legislativa conseguen-
06 - temente a presidência desta Casa. E hoje, a última Sessão deste
07 - período Legislativo, ainda não entraram na ordem do Dia, e o que
08 - eu me surpreendo, é que hoje esta Sessão não, tem nada na Ordem
09 - do Dia. Tramita nesta Casa, um projeto de lei orçamentária, para
10 - o ano de noventa e dois, fixando, estimando, as despesas do muni
11 - cípio de Boa Vista, que deu entrada em tempo hábil nesta Casa ,
12 - somente a Comissão de Finanças e Orçamento emite parecer quanto'
13 - ao mérito, e hoje é a última Sessão, do período Legislativo, e
14 - não se encontra na Ordem do Dia os trabalhos da Sessão de hoje
15 - a noite, que é a última deste ano. A Constituição assegura, o
16 - artigo 57, se não me falha a memória, que enquanto estiver trami
17 - tando, proposta orçamentária, de autoria do executivo municipal,
18 - esta Casa não poderá entrar de recesso, lamentavelmente esses fa
19 - tos vêem ocorrendo, teremos que dar continuidade ao nosso traba
20 - lho Legislativo, quando já terminamos, o período Legislativo do
21 - ano de noventa e um, por falta de conclusão, ou por falta de se
22 - colocar, na Ordem do Dia para discursão do Plenário, a proposta
23 - de lei orçamentária, de autoria do executivo municipal. Registro
24 - que se fere o Regimento Interno desta Casa principalmente no seu
25 - artigo, para ser bem preciso, duzentos e o cento e noventa e no-
26 - ve, que diz que recebi do presidente desta Casa, proposta orça -
27 - mentária, deverá tirar xerox e enviar, aos demais Vereadores ,
28 - ergunto aos nobres colegas Vereadores, qual recebeu a cópia da
29 - proposta orçamentária para estudo de possível emenda se necessá-
30 - rio de autoria do Poder executivo? Somente eu, recebi porque sou
31 - presidente da comissão de Justiça e Redação, os demais colegas ,
32 - não receberam. Ocupo a tribuna, para registrar estes fatos, no

bres colegas Vereadores, que estão atentos e iremos através de instrumento legal, trazer a vossa Excelência senhor presidente' desta Casa, um pedido da maioria desta Casa, de sete Vereadores, de onze que a compõem que se respeite os trâmites legais dos' processos que vem do executivo municipal, que se visam o bem comum, para que não se crie com isso, ou que se venham, ou que se dêr instrumento, para nós Vereadores pensarmos, que se está pretendendo procastninar a administração do atual Prefeito Barac Bento, se segurando esta documentação, e não soltando em tempo hábil, para deliberação, conciente, segura e acertadamente abençoada por Deus, porque representa a maioria do povo boavistense' do município de Boa Vista, que elegeram a conciência dos Vereadores que forma o Plenário desta Casa. Muito obrigado. Horário de Liderança: Com a palavra a VEREADORA MARIA ALICE DE ANDRADE GOMES: Senhor presidente, senhores Vereadores, funcionários desta Casa e imprensa, obrigado pela presença . No Pequeno Expediente eu gostaria de fazer somente uma observação. A Constituição no artigo 57 parágrafo 2º, diz que o período Legislativo, não termine, enquanto não for votada a Lei Orçamentária. Portanto não foi votada a Lei Orçamentária, hoje não será a última Sessão . Nós teremos outras Sessões. E também para justificar o Vereador Paulo Duarte, que em nenhum artigo deste Regimento, diz que a Comissão de Finanças e Orçamento tem obrigação de distribuir a lei orçamentária, para quem quer que seja, nenhum artigo, deste Regimento, eu gostaria que Vossa Excelência procurasse e me falasse' isso, que talvez eu não tenha, por mim passado, porque até o presente momento eu desconheço onde diz isso. Cabe aos senhores que estão legislando em benefício do povo, tomar conhecimento de que a proposta orçamentária, está aqui, e que os senhores sabiam e procurar o presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, e ver quais os interesses do povo, porque o que eu estou sentindo, que não está havendo esse interesse pelo povo, tão grande como

determinados Vereadores, estão querendo que isso apareça, os interesses parece que são outros, nós estamos chamando, nós estamos convidando, nós convocamos para a reunião, nós fixamos inclusive aviso para a reunião, convocação de reunião no mural. Não me procuram, os que me procuraram tem conhecimento da proposta orçamentária. Eu, dei por delicadesa a Vossa Excelência, uma cópia da proposta orçamentária, mas não que fosse obrigação, do presidente da Comissão de Finanças. Muito obrigado. GRANDE EXPEDIENTE: Com a palavra a VEREADORA ILKA MACÊDO MALLA: Senhor presidente, senhores Vereadores, imprensa, TV-E, amigos de trabalho desta Casa e todos visitantes desta noite. Eu ocupo neste momento, que talvez, nem seja este tempo, para aqui, dizer a todos , do meu trabalho que venho fazendo, para população de Boa Vista , e de todo município. Foi encaminhada Indicação ao Diretor Assistente da Eletronorte, José Eduardo de Matos, que determine ao Setor competente a reposição das lâmpadas do trecho IBAMA ao bairro Caranã II que termina na curva da morte, ali encontra as escuras a muito tempo. Encaminhei ao Diretor do DETRAN, Rubens Pereira, que determine ao Setor competente a implantação de quebra molas na rua Manoel Felipe em frente ao bairro Buritis, pois alí os acidentes são frequentes. Estou encaminhando Indicação ao governador Ottomar de Souza Pinto, solicitando do meso a colocação de asfalto na rua principal do Caranã, pois os moradores já não aguentam tanta poeira, e a rua principal é a mais atingida em receber esta poeira nas suas casas. Como também enviei ao DETRAN indicação solicitando o rebaixamento dos quebra-molas da cidade, os mesmos estão deixando os carros carecas. Encaminhei indicação ao governador do estado Ottomar de Souza Pinto, pedindo maior atenção para o corpo de bombeiros, em relação a equipamentos , viaturas e um assistente constante por parte do governo. Encaminhei ao Secretário de Obras, Robério Ayres a indicação solicitando a retirada de entulhos localizados nas margem da rua Pará ,

bairro dos Estados. Encaminhei indicação ao Secretário Estadual e Municipal que designasse um médico destas secretarías para fins de consultas e atendimento médico a comunidade do bairro Jardim Primavera. Estou encaminhando indicação ao Prefeito Barac Bento solicitando do mesmo atender reivindicação da Líder comunitária do bairro Buritis, juntamente com a comunidade do mesmo, para a liberação de um terreno para ser construida a associação do conselho comunitário. Pois hoje ficou aqui o trabalho que venho fazendo e venho dando a minha prestação de conta ao povo dos meus trabalhos nesta Câmara. Portanto, são esses os trabalhos desta noite apresentados, pela Vereadora Ilka Malla . Com a palavra o VEREADOR SALOMÃO AFONSO DE SOUZA CRUZ: Senhor presidente, senhores Vereadores, senhores da imprensa, senhores funcionários, minhas senhoras e meus senhores. Hoje, em situação normal seria a última Sessão Ordinária deste período Legislativo. Em função disso, nós gostaríamos de levantar algumas questões, que fizemos ao longo deste ano com relação ao cumprimento do Regimento INterno. Antes snehor presidente, nós estamos dando entrada na secretaría, dessa Mesa, com requerimento o qual eu gostaria de ler neste momento. Excelentíssimo senhor presidente Gilberto Inácio de Araújo, presidente da Câmara Municipal de Boa Vista. Senhor presidente, Vereadores abaixo assinados, com base na legislação em vigor, e em virtude, da não apresentação do balancête mensal, conforme o artigo 32 e 19 o Regimento Interno desta Casa, requerem a relação dos cheques , emitido pela Câmara Municipal de Boa Vista no período de primeiro de julho de mil novecentos e noventa e um, contendo o mesmo o número do documento a data de emissão o respectivo, beneficiado, para o pagamento efetuado. Plenário Estácio Pereira de Mello, Boa Vista, onze de novembro de mil novecentos e noventa e um, assinam esse documento os Vereadores Lavôr, Sebastião Bezerra, Ovídio. Almir Fortes, Thaumaturgo Nascimento, Paulo Duarte,

e Salomão Cruz. Continuando na questão do Regimento Interno, se-
nhor presidente, nós gostaríamos inicialmente, levantar a ques-
tão da Lei Orçamentária, o artigo 199, do Regimento diz o se-
guinte, "recebida do Prefeito, a proposta orçamentária, dentro
do prazo na forma legal, o presidente mandará publica-la e dis-
tribuir cópias da mesma, aos Vereadores enviando a Comissão de
Finanças e Orçamento". Artigo 200, a comissão de finanças e or-
çamento, pronunciar-se-a em vinte dias, fim dos quais com ou
sem parecer, a matéria será incluida como ítem único da Ordem ⊕
Dia da 1ª Sessão desimpedida. Artigo 134, desse mesmo Regimento
Interno, " O regime de urgência simples será concedido pelo Ple-
nário, o requerimento de qualquer Vereador, quando se tratar de
matéria de relevante interesse publico ou de requerimento escri-
to, que exija por sua natureza, a pronta deliberação do Plená-
rio", seu parágrafo único, Requerimento do artigo 134, "Será in-
cluído, no regime de urgência simples, independente da manifes-
tação do Plenário as seguintes matérias: Primeira: A proposta
orçamentária, apartir do escoamento da metade do prazo, que dis-
punha o Legislativo, para apreciá-lo". Portanto o Projeto de
Lei orçamentária já está em regime de urgência simples. Apesar
de que, conforme o artigo 199 e o artigo 200 do Regimento Inter-
no, esse projeto, está tramitando de forma irregular, porque '
não foi cumprido o que preceitua o Regimento Interno. É lamentá-
vel que nós tenhamos, no final do período Legislativo levantar
essas questões, mas essa é uma questão, que nós vinhamos comen-
tando ao longo desse período, que foi a questão do não cumpri -
mento do Regimento Interno. Aparte do VEREADOR PAULO DUARTE: Eu
gostaria também de fazer coro a palavra de Vossa Excelência, in-
clusive frizando, o caso do artigo 200, do Regimento Interno que
dá um prazo para a Comissão de Finanças e Orçamento, pronunciar
com relação o projeto de lei orçamentária. No entanto quero
trazer ciência a Vossa Excelência, de que já tramitou aqui no

Plenário, o requerimento, solicitando ao presidente desta Câmara, ouvido o Plenário com a assinatura da maioria dos Vereadores, requerendo ao presidente da Casa, que faça, tramitar em regime de urgência especial, o projeto de lei orçamentária, de autoria do Prefeito Municipal. De formas que já há um requerimento, já foi entregue ao presidente, já se encontra na secretaría da Mesa e bem que hoje ainda, nós venhamos a aprovar e discutir o projeto da lei orçamentária. VEREADOR SALOMÃO AFONSO DE SOUZA CRUZ: Até porque, nobre companheiro, o artigo conforme se referiu a Vereadora Alice Gomes, o artigo 57, da construção federal e seu parágrafo 2º, diz que Sessão Legislativa não será interrompida sem aprovação do projeto de lei e diretrise orçamentários. Eu não sei, se a questão da Sessão Legislativa, é essa reunião ou é a do período Legislativo, o certo é que por descumprimento do Regimento Interno, o projeto tramitou de forma totalmente irregular, com relação ao Regimento Interno, nós estamos nesse impasse, e não sabemos, nem de que forma, deve ser cumprido a lei. Aparte da VEREADORA MARIA ALICE DE ANDRADE GOMES : Vereador o prazo, que a minha comissão, de Finanças e Orçamento tinha para entregar, seria até sexta-feira, mas sexta-feira foi feriado. O projeto de lei está aí hoje, se é de urgência urgentíssima, ele pode ser anunciado e votado hoje mesmo. E tem mais outra coisa, quando trata-se de lei orçamentária, nós temos prazo, que poderá ser duplicado. Então ele não tramitou de forma irregular. VEREADOR SALOMÃO AFONSO DE SOUZA CRUZ: Eu gostaria, que a nobre Vereadora, entendesse, que eu não estou fazendo uma crítica, a Comissão de Finanças e orçamento. Porque o presidente, quando recebeu a mensagem, se eu não me engano, em setembro ele teria dez dias para encaminhar, aos Vereadores, e dez dias para encaminhar, a comissão de finanças e orçamento, conforme é preceitua o Regimento Interno, e com certeza o Regimento foi ferido e a proposta de lei orçamentária não foi encaminhada den-

tro, do prazo que preceitua, o Regimento Interno, como é praxe nesta Casa se quebrar, constantemente o Regimento Interno, conforme, eu colocar algumas situações, mais pra frente, no meu pronunciamento. Aparte da VEREADORA MARIA ALICE DE ANDRADE GOMES: Na minha comissão ele está dentro do prazo legal. VEREADOR SALOMÃO AFONSO DE SOUZA CRUZ: O certo é que por discumprimento do Regimento Interno, desde a apresentação da proposta, por parte do executivo, nós descumprimos totalmente o Regimento Interno, nós estamos nesse impasse, e nós não sabemos, se essa vai ser a última Sessão, ou se nós, só vamos entrar em recesso , após a aprovação do projeto de lei orçamentária que tem que ser aprovado. Ainda com relação, a questão do discumprimento do Regimento Interno, eu gostaria de ler, para os senhores, os artigos, 123, 129 e 130 do Regimento Interno dessa Casa. Aparte do presidente GILBERTO INÁCIO DE ARAÚJO: É apenas para registrar - mos a presença do deputado estadual, Otoniel Ferreira de Souza, em nosso Plenário, o qual, convidamos para fazer, parte da Mesa VEREADOR SALOMÃO AFONSO DE SOUZA CRUZ: Artigo 123, "Recebida qualquer proposição escrita, será encaminhada ao presidente da Câmara, que determinará a sua tramitação, no máximo de três dias observando o dispositivo nesse capítulo". Artigo 129, "Os requerimentos a que se referem os parágrafos, 2º e 3º artigo 111 , serão apresentados em qualquer fase da Sessão, hipótese imediatamente, em tramitação, independente de sua decisão, no expediente ou na Ordem do Dia". Isso quer dizer, se apresentarmos um requerimento a secretaria, esse documento, entrará em tramitação imediatamente, o presidente só tem três dias para colocar, esse documento em tramitação. Artigo 130, "Durante os debates na Ordem do Dia, poderão ser representado, requerimentos, que se refiram estritamente ao assunto discutido, esses requerimentos estarão sujeito a deliberação do Plenário, sem precisar discursão, admitindo-se entretanto encaminhamento de votação, pe-

lo proponente e pelos líderes partidários. Qualquer requerimento que é apresentado durante a sessão, ele entra em tramitação, normalmente e pode ser votado na mesma sessão, se o interessado ou líderes partidários, assim fizerem a intenção de pedir para votar". Então era só esses três artigos, eu gostaria de dizer o seguinte para vocês, no dia quatro de novembro de mil novecentos e noventa e um, foi encaminhado por sete Vereadores, três requerimentos à presidência da Casa, com protocolo da secretaria,pedindo explicações de situações, esses requerimentos até hoje que já são dezoito de novembro de mil novecentos e noventa e um, e não tivemos nenhuma posição com relação a esses requerimentos. Nós, sete Vereadores fizemos os requerimentos e encaminhamos, à secretária e foi protocolado e encaminhado ao presidente e ele não cumpriu os três dias, na tramitação da documentação, ferindo mais uma vêz o Regimento Interno desta Casa. No dia treze de novembro de noventa e um, esses mesmos sete Vereadores. fizeram um requrimento convocando, Sessão Extraordinária para votação da lei que regulamenta o exercício da Vice-Prefeitura e da Fundação Loteria Esportiva Municipal no dia treze e hoje dia dezoito. passaram-se os três e o presidente não se manifestou, com relação a esta convocação. No dia sete do onze , o Prefeito encaminhou e foi protocolado, aqui nessa Casa, um ofício de número quinhentos e sessenta e três, pedindo urgência na votação da lei que cria a Fundação da Loteria Municipal. Também nós não temos conhecimento da tramitação desse processo, esses senhores Vereadores são três exemplos de como se descumpre constantemente, o Regimento Interno desta Casa. Nós sempre, pedimos o cumprimento do Regimento Interno, e em função do não cumprimento, nós apartir de agora, vamos tomar, as medidas cabíveis , e vamos recorrer, inclusive a justiça com relação desse Regimento Interno, que é a lei que ordena a administração interna e a conduta dos Vereadores nessa Casa. Mas ainda, com relação, ao

01 - descumprimento da lei, o artigo 32, do Regimento Interno alíne
02 -as "A" e "H", compete ao presidente da Câmara;"Comunicar as
03 - Sessões Extraordinárias, pelo Prefeito ou maioria, absoluta dos
04 - Vereadores, no prazo regimental", que não foi cumprido. Também
05 - fere o Regimento Interno dessa Casa, uma postura constante, da
06 - Mesa diretora dessa Casa, que vem sistemáticamente ferindo o Re
07 - gimento Interno na alínea "H"; nesse mesmo artigo 32, "Interpre
08 - tar o Regimento para aplicação das questões de urgências, sem
09 - prejuízo da competência do Plenário para deliberar a respeito de
10 - requerimento de qualquer Vereador". Também não se cumpre nada
11 - do que se preceitua, essa alínea do artigo 34. Com relação ao
12 - artigo 32, inciso 19. "Compete ao presidente, apresentar, ao
13 - Plenário mensalmente o balancete de verificação da Câmara, do
14 - mês anterior". A questão do balancête mensal, que nós viemos
15 - pedindo constantemente e levantando questão de ordem. O senhor
16 - presidente, só no mês de novembro, aliás na Sessão Ordinária do
17 - dia trinta de outubro de noventa e um, foi que o presidente
18 - apresentou, os balancêtes mensais, de maio, junho, julho, agos-
19 - to e setembro. Quando o Regimento Interno diz, que o presidente
20 - tem que apresentar mensalmente, esse balancête. Essa é mais uma
21 - prova de que essa mesa diretora, não cumpre o Regimento Interno
22 - Bem, eu teria mais aqui vários pontos, para enumerar com rela -
23 - ção ao descumprimento do Regimento Interno. Lamentavelmente, o
24 - descumprimento, é uma característica da ação, da administração'
25 - da mesa diretora, e nós não podemos ficarmos omissos, nessas
26 - questões, porque, ao longo do cumprimento do Regimento Interno,
27 - significa o não descumprimento da lei, e não cumprimento da lei
28 - significa, que a administração está sendo conduzida de forma ,
29 - autoritária, didatorial e de forma dessonesta, porque se nós
30 - tivéssemos, a comprovação de tudo isso, isso não caracterizava'
31 - má fé na questão da administração, inclusive na resposta do
32 - requerimento por nós são reguladas. Para finalisar eu só gos

taria de dizer para vocês, senhores Vereadores, senhor presiden-
te, minhas senhoras e meus senhores. Nós fizemos dois requeri -
mentos,pedindo a convocação de Sessões extraordinárias, pelo
comportamento da mesa diretora, essas sessões não vão ser convo-
cadas. Em função disso, nós vamos ainda usar, o Regimento Inter-
no em seu artigo 37, que diz o seguinte: "O vice-presidente ,
promulgará e fará publicar, resoluções e decretos Legislativo
sempre, que o presidente, ainda que se ache, em exercício dei-
xar, resquar o prazo para fazê-lo. Como o presidente deixou res-
quar o prazo e nós vamos dar um prazo mais longo ainda, porque,
as Sessões foi pedida a convocação para o mês de novembro. Se o
presidente, até o dia vinte seis, não colocar essas duas Ses-
sões extraordinárias, nós vamos usar da prerrogativa do Regimen-
to Interno., e o Vice-presidente, vai ter que convocar, essa'
reunião, para que seja analizada esses dois projetos até porque
um desses projetos é de autoria do executivo, e nós deixamos en-
cerrar o período Legislativo, sem votar a mensagem do executivo
municipal. Essas eram as colocações que eu gostaria de fazer ,
lamentavelmente, na frente da imprensa, em frente aos funcioná-
rios desta Casa, e em frente das pessoas que aqui estão pre-
sentes nesta reunião, toda essa questão do descumprimento da
lei, toda essa questão do absurdo que se comete na Câmara Muni-
cipal de Boa Vista. Além da aplicação da lei, na convocação da
reunião, digo e inssisto, o que disse em reuniões anteriores ,
nós vamos até, o pedido de comissão, de Inquérito para apurar
possíveis, irregularidades nesta Casa, que entendemos, que a má
vontade na informação, solicitada pelo Vereador, é indícios for-
tes de que a administração pública, não está sendo conduzida,de
forma condigente, de forma ética, pela mesa diretora da Câmara
Municipal de Boa Vista. Eram essas minhas colocações no Grande
Expediente de hoje. Com a palavra o VEREADOR THAUMATURGO NASCI-
MENTO: Senhor presidente, senhora secretária, deputado estadual

Otoniel Ferreira de Souza, colegas Vereadores, imprensa, minhas senhoras e meus senhores. Uso o Grande Expediente, para reforçar, a minha tese, da necessidade, da convocação, do senhor presidente da CAER, nosso amigo, doutor Evandro Moreira, para aqui explanar... Aparte da VEREADORA MARIA DE LOURDES PINHEIRO: Eu queria somente dizer o seguinte que o doutor Evandro Moreira, ele não pode ser, convocado, ele pode ser convidado. Nós podemos convocar os assessores do município. VEREADOR THAUMATURGO NASCIMENTO: Talvez Vereadora, o termo, é lamentavelmente, o seu aparte, não contribui para mensagem, porque o termo, convocação ou convite, isso é muito trévial. interessante é a presença do nosso amigo. Aparte do VEREADOR PAULO DUARTE: O interessante é o respeito, para com essa Casa Legislativa, é um Plenário, composto de onze Vereadores, um Vereador, faz um requerimento, é aprovado, o presidente da Casa representa o Poder Legislativo Municipal, e tem que ser respeitado, por esse nomeados, presidente de autarquias, de companhias mistas. de eletronorte da vida, de Caer da vida, porque a população, ela está tomando, dessa água aí, companheiro, e olhe lá se não está com cloro demais . Então procede o pronunciamento de Vossa Excelência, é negligência, desta Casa, mais ainda do senhor Evandro Moreira Pinto , -que recebeu, a convocação para vir aqui, e falar, sobre a água que todos nós bebemos e até hoje, não deu satisfação se quer ao Poder Legislativo Municipal. Eu concordo com as palavras de Vossa Excelência. tem fundamento, deve vir convocado aqui, porque ele está aí, para dar satisfação, a população. VEREADOR THAUMATURGO NASCIMENTO: Obrigado Vereador, sua participação foi muito importante e expressa ao pensamento de nós Vereadores. Bem então, proseguindo na reunião aqui, na tribuna de nossa Câmara , nós, comentamos, nós reiteramos esse convite, inclusive, que já foi aprovado, e que data do mês de abril. Então foi noticiado na impre nsa , e sua Excelência, o presidente da companhia ,

01 - comentou que, havia apenas recebido, uma única convocação, para
02 - talvez a Câmara, através de sua presidência, tenho expedido ape
03 - nas, um único documento. Entretanto as atas, o nosso trabalho ,
04 - o nosso pronunciamento, aqui neste Plenário, não pediu aepnas
05 - três vezes como, comentava e falava na reportagem. Porém várias
06 - e várias vezes, usamos esse microfone, a nossa hora, aqui na
07 - tribuna para convocar o presidente, e lamentavelmente até hoje,
08 - e nós vamos encerrar o ano, e talvez não tenhamos as informa -
09 - ções que, queremos, para justamente, poder, inclusive a nossa
10 - reportagem, a nossa entrevista que demos ao jornal, nós quere
11 - mos passar essas informações, para população ouvindo a verdade.
12 - Nós não queremos comentar sobre assuntos que não sejam, que não
13 - expressam realmente a verdade. Queremos dizer que e´ importan-
14 -te a presença do doutor Evandro, em virtude dos problemas que
15 - nós temos dentro, do campo de abastecimento d'água. Nós visita-
16 - mos bairros, nós Vereadores que representamos a comunidade, nós
17 - somos cobrados por essa população, que quer saber, quando es-
18 - ses serviços vão ser implantados. O presidente viria aqui e di-
19 - ria para todos nós. Então repassaríamos essas informações, ouvi
20 - das a palavra oficial. Outro grande problema que tem que ser le
21 - vado a sério é a atual obra da ampliação do esgôto que está sen
22 - do feito, que foi contratdo, pela Odebrechet observe vocês que
23 - além da obra, tem também um contrato de assesoria como se o go
24 - verno do estado, como se a própria companhia de água, não esti-
25 - vesse técnicos especializados, para fiscalizar, simples acenta-
26 - mentos de redes e confecções de caixas de passagem, isso aí é
27 - dinheiro, são recursos que poderiam serem utilizados em obras nas
28 - periferias. Não sei, mais talvez seja essa a dúvida, que não
29 - trouxe ainda o presidente da CAER, que se não podesse vir, man-
30 - dasse seus técnicos, nós temos um grande engenheiro na CAER, que
31 - é o doutor Edimir Cordeiro de Mello, nós temos engenheiros ,
32 - que conhecem toda essa problemática, que é o Vavá, nosso compa-

nheiro, que não se furtaria nunca de vir a este Plenário e ex
pressar a real, a verdade, nua e crua, para que podessemos re
passa-las a popualação. Queremos saber meus senhores do volume
de recursos aplicados nessa obra, volto a frisar novamente, há
dois anos atrás, através do jornal "Folha de Boa Vista", escre-
vemos dois artigos questionando a ampliação desse sistema de es
gôto sanitário, porque já naquela época, previamos que talvez o
governo, os órgãos federais não podessem repassar todos os re
cursos, o governo não podessem tomar todos esses financiamentos
para fazer a obra na sua íntegra. E hoje ó que é que nós vemos,
nós vemos rêde assentada no bairro 13 de setembro, nós vemos
rêde assentada no bairro dos Estados, e agora como nunca, espec
tativa de dizer, que está se fazendo alguma coisa, dentro deste
campo, aparece Norberto Odebrechet, fazendo caixa de passagem ,
fazendo ligações dos coletores para as caixas que irão receber'
os esgôtos residenciais. Ora meus senhores, para quem entende'
de obra, e esse Vereador sabe o que diz, porque militar nessa '
área, desde de mil novecentos e setenta e sete. Nós não podemos
começar um serviço de esgôto, de rêde de esgotamento sanitário,
sem ter para onde lançar, sem ter o emisário, sem ter intercepi
tadores. Então o que está sendo feito, meus prezados amigos, só
é serviços apenas, para faturar, só é serviço para encher os bol
sos, principalmente dessas grandes empresas, que nem se quer ,
tem nenhum patrimônio aqui. E essses recurso vão tudo para Ba
hia, para o Rio de Janeiro, para as grande capitais. É necessá-
rio que se tenha um basta é necessário, que se der uma satisfa
ção a população, nós não somos Vereadores de polênizar, nós já
tivemos oportunidade de dizer isso em jornal, em rádio e em te
levisão. Mas nós queremos é um esclarecimento, nós queremos sa
ber porque, o bairro caranã II, não tem abastecimento d'água ,
nós queremos, saber porque os esgotos sanitários, estão afloran
do superficialmente, no igarapé caxangá, no igarapé mirandinha'

nós queremos saber, como é que está a proteção dos nossos cur-
sos d'água, do nosso rio branco, de nossa tomada d'água, que
a cada momento, recebe contribuições de esgotos, serviços fe-
cais. Então isso tudo é preocupação, talvez se não conhecesse
mos a extensão do problema, não estaríamos aqui falando, mas nós
sabemos que temos um problema sério de cólera, que se alastra
por todo Estado do Amazonas, e nós não queremos isso, para o
nosso município, para o nosso Estado.

GRANDE

EXPEDIENTE: Com a palavra o VEREADOR THAUMATURGO NASCIMENTO: Vol-
tando a reportagem do nosso prezado amigo presidente da CAER o
presidente se deteve dizendo é uma lástima que a desinformação '
cheque a tal ponto dizia a reportagem do presidente. Se o Verea-
dor Thaumaturgo Nascimento prestasse melhor atenção as suas obri-
gações saberia que através do ofício tal assinado pelo presiden-
te da Câmara, Vereador Gilberto Inácio de Araújo fui convocado
para a Sessão que seria realizada no dia treze de maio de mil
novecentos e noventa e um, então observem vocês o presidente sa-
bia da intenção dos Vereadores não só do Vereador Thaumaturgo ,
mas de todo colegiado isso em maio, se houvesse boa vontade se
houvesse, aquela vontade de levar a população essas informações,
não é preciso nem o presidente convoca-lo pela segunda, pela ter-
ceira pela quarta vêz, o presidente viria aqui com a sua equipe '
e exporia de forma transparente e democrática a atual situação do
nosso sistema de esgôto e do nosso sistema de abastecimento d'
água. Mas partidário do ditado popular que diz água mole em pe-
dra dura tanto bate até que fura e eu continuo aguardando o se-
nhor presidente para trazer essas informações, porque o povo
quen saber. Muito obrigado. Com a palavra o VEREADOR PAULO DUAR-
TE: Nobre e ex-atuante Vereador reeleito desta Casa e eleito de-
putado estadual companheiro Otoniel Ferreira de Souza, é com
muito prazer que vejo a sua presença nesta Casa o que nos honra
muito. Nobres colegas Vereadores, funcionários desta Casa, mi-
nhas senhoras e meus senhores, eu ocupo o Grande Expediente para
lamentar profundamente porque quando um Vereador ocupa o Grande
Expediente na última Sessão Ordinária do período Legislativo não
normalmente o faz para desejar aos colegas um feliz recesso, nor-
malmente se faz para agradecer ao presidente da Casa os benefí -
cios recebidos, normalmente o faz para agradecer aos funcionári-
os da Casa, normalmente o faz na última Sessão Legislativa para

01 - discorrer sobre suas indicações, causas que foram e que não fo
02 - ram atendidas o porque que não foram atendidas, enfim ele faz
03 - uma retrospectiva do seu caminhar no seu parlamento municipal .
04 - Nós hoje ocupamos a tribuna o que já viemos fazendo há muito tem
05 - po para pedir ao presidente desta Casa atuante e respeitável em-
06 - presário uam maior atenção para com este poder Legislativo uma
07 - maior atenção não especificamente a qualquer colega Vereador,mas
08 - uma maior atenção ao Poder Legislativo, fazendo tramitar os pro-
09 - cessos normalmente. Eu volto aqui senhores Vereadores a dizer o
10 - seguinte, nós estamos entre a cruz e a espada, lembro-me do ilus
11 - tre Vereador Otoniel ocupando a tribuna desta Casa denunciando
12 - contestando, e fazendo seu caminhar político uma escada de demún
13 - cias, uma escada de trabalho em benefício do povo, que o levaram
14 - a reeleição e a deputado estadual, e esse caminhar não só de Oto
15 - niel mas de tantos outros que por aqui passaram, nos trazem a
16 - tribuna desta Casa para dizer que nós também estamos buscando
17 - esse caminho de denúncias, não tenho senhores Vereadores disse'
18 - isso ao presidente repito publicamente se registre para os anais
19 - desta Casa, não tenho nada contra o ilustre companheiro Gilber-
20 - to Inácio de Araújo, a quem eu votei para presidente desta Casa,
21 - não tenho absolutamente nada pessoalmente. Mas quando eu disse
22 - que estamos entre a cruz e a espada é por instrumento legal re
23 - gimental que diz que na última Sessão Legislativa que é hoje, se
24 - não entrar os projetos de lei de autoria dos ilustres Vereadores
25 - ficarão prejudicados esses Projetos de Lei minha gente, quando
26 - se tem ao longo de um período Legislativo a atuação dos colegas
27 - que fizeram projeto de lei tramitaram nas Comissões, repito, meu
28 - instrumento do Pequeno Expediente, e hoje estão embaladas aqui ,
29 - e o que nós estamos fazendo neste momento, é o requerimento para
30 - que tramite em regime especial e seja analizado e discutido por
31 - este Plenário os Projetos de Lei de autoria dos ilustres Vereado
32 - res, prejudicando eu até nem digo, porque prejudicados estamos

todos nós e até o município porque o Projeto de Lei Orçamentária não entrou na pauta. Agora temos a tramitação, olhe o tempo que o Prefeito mandou para esta Casa Legislativa o Projeto de Lei Orçamentária minha gente, sem a qual o município não pode trabalhar não tem a previsão da sua receita nenhuma estimativa do que ele vai gastar para o ano de noventa e dois, ele precisa caminhar emcima dessa proposta orçamentária. Aparte do VEREADOR SALOMÃO AFONSO DE SOUZA CRUZ: A questão de prejudicar ou não os Projetos em tramitação, eu gostaria que Vossa Excelência ouvisse o artigo 121, do Regimento Interno diz o seguinte: " No início de cada Legislatura, a Mesa organizará o arquivamento de todas as proposições apresentadas na Legislatura anterior que se achem sem parecer ou com parecer contrário das Comissões competentes , excetos os originários do executivo, sujeito a deliberação em certo prazo. Na verdade os projetos eles não são prejudicados eles têem o parecer e em função desse parecer na próxima Legislatura nas primeiras Sessões eles irão ser votados normalmente , mas não é essa a questão a questão que nós levantamos é com relação ao cumprimento de prazo, a presidência desta Casa tem três dias para votar os projetos em tramitação e não tem feito ou tem feito sistematicamente o discumprimento do Regimento Interno, isso faz com que prejudique a atuação parlamentar dos Vereadores aqui presentes porque mais de dez processos, que aí estão eles foram feitos não por brincadeira foram feitos por reivindicação' por aspiração de cada Vereador e se nós não votarmos agora nós vamos só em março do ano que vem, é esses projetos entrarão em votação a questão é com relação ao discumprimento do prazo regimental que sistematicamente se faz nessa Casa pela Mesa Diretora VEREADOR PAULO DUARTE: Agradeço o aparte de Vossa Excelência, e temos um remédio regimental também, vamos tentar vêr se nós conseguimos pelo menos amenizar esse clamor desse Plenário, que pegue o seu direito de ação junto a atual presidência, artigo 45 ,

"a Câmara poderá constituir Comissões especiais de inquérito com a finalidade de apurar irregularidade administrativas do executivo da administração interna e da própria Câmara podendo porém ser criadas novas Comissões de inquérito quando pelo menos duas se acharem em funcionamento, parágrafo único, as denúncias sobre irregularidades e a indicação das provas, eu nem preciso indicar provas, nós estamos sendo as vítimas. "As denúncias sobre as irregularidades e a indicação das provas deverão constar do requerimento que solicitará a constituição da Comissão de inquerito . Mas tem também um artigo no final do Regimento Interno, artigo 229 " Este Regimento Interno somente poderá ser alterado reformado ou substituído pelo voto da maioria absoluta dos membros da edilidade mediante proposta, da maioria absoluta desta Casa, nós poderemos propor uma reformulação desse Regimento fazer um projeto de resolução propor a distituição da atual Mesa e tentarmos ' caminhar independentemente com esta Câmara Municipal, é um caminho primeiro é à comissão parlamentar de inquérito depois caminharmos por aí, porque se torna difícil hoje no sistema democrático da forma como nós estamos vendo da forma como nós estamos ' vivenciando, buscando diálogo sobre todos os pontos jamais a revolução de mil novecentos e sessenta e quatro poderá perdurar nessa Casa com colocações de cima para baixo ela tem que ser harmônica entre todos os Vereadores. Então nós podemos fazer um projeto de resolução depois de apurado possíveis irregularidades na administração dessa Casa. Porque o que nós já vimos colegas Vereadores é que não tem como as denúncias estão feitas prazos vencidos um monte de processos, negligência e aí o que é pior, nós temos projetos até com relação ao vice-Prefeito tramitando nesta Casa a constituição nos diz a sua luz que vice-Prefeito cabe substituir o Prefeito nos seus entendimentos. O Vice Presidente da República e o que nós vemos em Boa Vista, lamentavelmente é o fruto de uma decisão judicial que não nos compete julgar o mé

rito, mas nos compete avaliar essa decisão. Não sou juiz para discutir uma decisão judicial. Nós cabe analizar uma decisão que levou aquele magistrado a toma-la quando deu ao Vice-Prefeito poderes que nem o Vice-presidente desta Casa Legislativa não tem. Aí fere a harmonia dos poderes. Qual foi o Poder que foi lhe dado por um mandado judicial do Vice-Prefeito que lhe ordenasse despesa diretamente aos cofres públicos municipais através de cheques do Banco do Brasil para gastos e que para se ordenar dinheiro público precisa de um processo. Precisa de ser empenhado, precisa que essa despesa seja ordenada para alguém que paga ou um pagador. Se dá ao Vice-Prefeito poder de gastar recursos do município sem um processo formulário, o direito de licitar, até, porque se ele pode ordenar despesa ele pode licitar. E o Vice-Prefeito retira dos cofres da Prefeitura no Banco do Brasil, cumprindo decisão judicial como disse e reafirmo minha palavra e o Vereador tem imunidade nas suas palavras. Não estou questionando a decisão judicial eu estou vendo o mérito dessa decisão judicial, dando autonomia ao Vice-Prefeito e ele retirou dezesseis milhões de cruzeiros dos cofres públicos do município e gastou em que? Nobres Vereadore, como é que vai aparecer na prestação de contas este recurso e nós temos os contracheques. Nós temos o Extrato da conta corrente para simples conferência. Saldo bancário, dezesseis milhões de cruzeiros, pago em caixa. O Vice-Prefeito se não foi um cheque assinado por ele foi para fila do Banco do Brasil e chegou lá assinado somente por uma pessoa senhores Vereadores que essa Casa Legislativa cabe fiscalizar o executivo na execução financeira externamente assegurada na Constituição e a denúncia que eu trago é justamente porque nos compete fiscalizar isto. Foram para fila e tiraram dezesseis milhões de cruzeiros e vão prestar contas como deste dinheiro? A quem? Qual o processo? Me leva a crer que este dinheiro foi mau usado. Como é que nós vamos descobrir isto?

Com uma comissão parlamentar de inquérito desta Casa que estare
mos propondo. E eu pergunto a vocês se esta Casa que cria leis,
esta Casa que é de Legisladores de homens e mulheres inibadas
que representam parcela da população do município de Boa Vista'
não respeitam suas leis internas que é o seu Regimento, como é
que vai fazer o regime jurista? Então precisamos semear a presi
dência desta Casa com amplos poderes ao presidente Gilberto Iná
cio de defesa que não é assegurado. Nós não podemos ficar cala-
dos frente as denúncias dos Vereadores. Convido o senhor presi-
dente para sairmos daqui e tomarmos refrigerante, conversarmos,
buscarmos caminhos que noslevam a um concenso, mas que se respei
te o Regimento Interno, as leis que nós acabamos os Vereadores'
denunciando nesta Casa. Acabamos de ver a EHMUR entrou em tempo
hábil os pareceres correram rápido nas comissões internas se
procrastinam na presidência desta Casa é só vem a baila no Plená
depois de um requerimento feito pela maioria absoluta desta Casa
e é posta, avaliada e votada a Empresa Municipal de Urbanismo que
não vai beneficiar nenhum Vereador daqui mas vai beneficiar ao
povo e o presidente desta Casa, com documento em mãos a pedido
desse Vereador põe na Ordem do Dia senhor presidente. Foi neces-
sário se buscar um instrumento regimental que é o reuqerimento '
para regime especial para ser votado uma Sessão que foi feita .
Hoje a exemplo da EHMUR, ficam escritas essas palavras para os
anais desta Casa, ficam escritas também a minha consideração pes
soal, ao Gilberto, mas que nós busque administrar bem esta Casa
porque se não prejudica todos os Vereadores, prejudica o Prefei-
to e ficamos nisso há seis anos. Minha sugestão. Primeiro: Uma
comissão parlamentar de Inquérito para apurar essas irregularida
des do Vice-Prefeito. Segundo: Para a comissão parlamentar de
Inquérito para apurar possíveis gastos indevidos da Câmara Muni-
cipal, uso de combustível, uso de passagens, no uso de donativos
no uso enfim da má versação de recursos públicos, porque não é

Gilberto e nem de nenhum Vereador, isso é do Poder Legislativo' Municipal do povo, se comprovado além das denúncias que nós colocamos, uma reforma neste Regimento para que sitasse a maioria absoluta possa caçar a presidência o direito de conduzir esta Casa da maneira como está sendo conduzida que no nosso ver não' está sendo bom para ninguém, muito menos para o companheiro Gilberto que não tem mais adrenalina que caiba. Creio até que se o presidente Gilberto buscasse como nós buscamos conversar e dialogando até entregaria a presidencia desta Casa oelo menos de bom senso, seguro e ele sabe bem disso que tem uma reeleição para o ano poderá entregar ao vice-presidente Lavôr. E eu encerro minhas palavras de solidariedade ao Vereador Lavôr que por um pronunciamento que fez enfrente a Prefeitura Municipal defendendo o funcionalismo público Municipal de uma informação mal dada na imprensa de um aumento de 60% (sessenta) por cento ao' funcionalismo Municipal. Se solidarizou ao Prefeito e o que foi feito? Pressões encima desse rapaz pelo senhor Joaquim Ruiz ao presidente da Codesaima tirando deste rapaz a gratificação por causa dessas palavras e eu digo ao Lavôr que graças a Deus a luz do que foi dito pelo nosso pai Aquilino Duarte, graças a Deus o povo te fez um Vereador e tu és legitimado, tu és independente e eu te sou solidário porque tu és meu colega neste parlamento Municipal, não se deve caminhar na perseguição. Se deve caminhar sim nas colocações ao presidente no Grande Expediente dando ampla defesa ao presidente e buscando caminho para que se acabe com esse tipo de coisa nessa Casa Legislativa. Muito obrigado. Com a palavra a VEREADORA MARIA DE LOURDES PINHEIRO: Senhor presidente, senhora secretária, senhores Vereadores, funcionários desta Casa que hoje estão aqui, nos dando a honra' de nos assistir, imprensa e amigos visitantes. Nós hoje estamos aqui somente para falar de uma indicação que fizemos, após uma visita que fizemos no Caranã II, recebemos uma solicitação da-

quela gente que alí reside para que fosse melhorado a situação d'água até que chegasse naquelas casas a água tratada que nós temos aqui que é da CAER. Como nós não temos certeza até quando chegará esse benefício aquele bairro, nós fizemos uma indicação a sua Excelência o senhor Governador pedindo que fosse feito o cadastramento daquelas pessoas do bairro para colocar em cada casa na sua sisterna tubos de concretos para proteger o poço aonde elas retiram a água, porque colocando esse tubo segundo esses moradores darão proteção as barreiras que com muita facilidade eles desmancham e caem. Tem casas que tem até três cavados porque a água fica suja e eles trocam de lugar. Então nós pedimos a Sua Excelência o senhor Governador para que fizesse essa emergência até que nós possamos contar com o benefício da água tratada. Queremos também saudar o povo de BV-8 e Bonfim pela sanção da lei de livre comércio. Eu acho que foi muito bom apesar das críticas que tinham sido dirigidas a Senadora e apesar de algumas pessoas assegurarem que não seria sancionada essa lei e que o Presidente jamais iria sancionar a lei de livre comércio nas duas áreas e graças a Deus pelo povo de BV-8 e Bonfim que agora contam com esse benefício. Quero também parabenizar o professor Hamilton Gondim pela bonita festa que fez no Palácio da Justiça fazendo com que nós tivessemos uma apresentação do que é bela deve ser apresentado e alí nós vimos uma sequência de valores colocados alí naquele discurso dele parabenizando aquela iniciativa de ter colocado o Doutor Hamilton Gondim na referida Universidade Federal de Roraima. E quero aqui também pedir a sua Excelência o senhor presidente desta Casa que depois de recebido o requerimento assinado pela maioria dos Vereadores para colocar em discursão e votação a proposta orçamentária quando assim sendo discutida e votada hoje nós temos o período legislativo encerrado não tendo problema nenhum se algum outro projeto venha por necessidade ser votado pode ser convocado uma extraordinária desde o momento

momento que a proposta orçamentária seja votada. Muito obrigada. Com a palavra a VEREADORA MARIA ALICE DE ANDRADE GOMES: Senhor presidente, colegas Vereadores, sendo hoje a última Sessão do período Legislativo eu gostaria de falar um pouco sobre o meu trabalho durante esse ano. Fiz muitas indicações, muito poucas foram atendidas, mas o que importa é que eu estou cumprindo o meu papel e estou fazendo o que prometi ao povo. Estou reivindicando estou pedindo, estou implorando. Pouquíssimas são atendidas e porque não são atendidas? Porque os secretários, outras autoridades não tem o mesmo compromisso que temos com o povo. Como exemplo eu cito a vocês aquela minha campanha que lancei adote uma criança. Por alguns fui elogiada, por outros fui criticada, inclusive citando que aqui não existe garotos de rua e sim garotos na rua. Nós tivemos a oportunidade de assistir no Jornal Nacional onde foi lançada essa mesma campanha no Ceará-Fortaleza e está temdo um sucesso muito grande mostrando inclusive os garotos adolescentes em fábricas e escritórios.Então com isso demonstra o que? que depende de querer. Depende das outras classes empresárias, médica querer também trabalhar em benefício do povo , porque não é só o Vereador, não é só o deputado, Senador e governador que tem que trabalhar. Nós todos somos responsáveis. Todos tem obrigação de lentar melhorar a situação das pessoas. Mas infelizmente aqui em Roraima a maioria das pessoas ignoram. Algumas indicações minhas bem poucas foram atendidas. No caso do atendimento nos bancos tivemos conhecimento de que em alguns bancos estão adotando o sistema. Nós pedimos também da secretária da SETRABES de que colocasse nos bancos uma placa, inclusive sugerimos o slogam seria "respeite você amanhã" porque eu hoje sou jovem amanhã vou está no lugar daquele que está alí cansado e que não pode demorar tanto tempo na fila de um banco. Então o que está acontecendo existe o caixa, mas não existe placa de identificação diznedo que aquele caixa é destinado a idoso. E

ainda por cima determinados jornais pegaram a nossa idéia lançam nos jornais criticam não mas diz que a idéia da Vereadora Alice foi atendida pelo gerente do Banco e o que falta esclarecimento. Então eles fazem questão de não citar o nome do político que consegue alguma coisa em benefício da população. Mas o que importa é que nós estamos tentando, pedindo e mostrando os caminhos certos. Cabe a eles seguir ou não esses caminhos. Eu gostaria também de agradecer aqui de um modo geral a imprensa o apoio que tive na divulgação dos meus trabalhos. Recebi elogios e recebi críticas, mas só é criticado as pessoas que trabalham. E a crítica na maioria das vezes quando ela não tenta destruir a imagem porque existe a crítica negativa e a crítica positiva, ela até nos ajuda e até nos alerta. Quero agradecer em especial os funcionários dessa Casa pela paciência que tiveram conosco e estão sempre procurando nos atender, sempre nos ajudar e ficando muitas e muitas vezes até altas horas da noite aqui ouvindo os nossos pronunciamentos. Peço desculpas de alguns colegas se alguma vez os magoei. Nós estamos aqui na tribuna da Câmara nós discordamos e concordamos. Mas ao sair dessa tribuna continuamos como amigos. Muito obrigada. Com a palavra o VEREADOR GILBERTO INÁCIO DE ARAÚJO: Excelentíssimo senhor presidente, Excelentíssima senhora secretária., Excelentíssimos senhores Vereadores, senhores funcionários, membros da imprensa, meus senhores e minhas senhoras, usamos este espaço para citar algumas indicações já lidas no expediente desta Sessão. Encaminhamos indicação ao Excelentíssimo senhor Governador do estado solicitando autorização do orgão competente para execução de serviços revestimento primário, tubulação, vala e construção de meio-fios assim como sarjetas e pavimentação asfáltica da avenida Felipe Xaud no bairro de Asa Branca. Entendemos que o fluxo de veículos nas avenidas ataíde Teive e Manoel Felipe vem acontecendo com bastante indidência e provocando bastante acidentes. Por conseguinte estamos

levando a apreciação do Excelentíssimo senhor Governador a indicação no sentido de que tome providências com relação a execução destas obras que julgamos de vital importância para o desenvolvimento do fluxo de veículos das avenidas. Essa avenida atenderia e serviria como pista de rolamento dos veículos oriundos dos bairros Jokei Clube, Asa Branca, Cambará e até do bairro Nova Canaã. Por conseguinte embasa-se essa nossa indicação na necessidade de desafogar o trânsito nas avenidas Manoel Felipe e Ataíde Teive consequentemente. A próxima indicação que encaminhamos ao governador do estado é justamente para a conclusão da pavimentação asfáltica da avenida Princesa Isabel interligando a avenida São Sebastião até enfrente ao bairro Santa Tereza. A pavimentação asfáltica da avenida Princesa Isabel deixa em função da necessidade do tranporte, combustível para a Usina do Jardim Floresta, consequentemente esse transporte de óleo diesel para aquela Usina é que ocasionou o asfaltamento da avenida Princesa Isabel. Hoje verifica-se que esta avenida está recebendo um fluxo de veículo bastante acentuado e por conseguinte a interligação asfáltica da avenida Princesa Isabel com a avenida São Sebastião é de vital importância tendo em vista que a circulação dos veículos leves e pesados circulariam pela avenida São Sebastião e deceriam para o centro da cidade através da Ataíde Teive ou da Manoel Felipe ou mesmo da Felipe Xaud. Se causa conclusa as obras de acordo com as nossas indicações por conseguinte ligamos também de fundamental importância os trabalhos nestas avenidas no que tange a pavimentação asfáltica ou mesmo até de revestimento primário. Outra indicacão que encaminhamos ao governador do estado é justamente quanto a pavimentação asfáltica da Alameda dos Bambús e via das Flores no bairro do pricumã. Entendemos que a avenida Felipe Xaud chegando até a avenida dos Bambús serviria para que os veículos que viriam dos bairros jokei clube, Asa Branca, Cambará, Nova Canaã etc... não

trafegariam pela via central do Pricumã e sim pegaria a alameda dos bambús e deceria pela BR-174 chegando até a avenida Venezuela e por conseguinte a avenida Mucajaí, Ville Roy ou até esmo a avenida Glaycon de Paiva. Outra indicação que encaminhamos ao Prefeito Barac Bento é sólicitando que determine ao setor competente que efetue a coleta de lixo no bairro Jardim Floresta infelizmente aquele bairro não está sendo atendido pela empresa contratada pela Prefeitura na coleta de lixo normal naquele bairro, ocasionando um acúmulo de lixo nas frente das residências e nas esquinas de algumas ruas daquele bairro sofrido entendemos até que se a empresa que hoje presta esses serviços à Prefeitura e consequentemente a população dos bairros centrais e periféricos da nossa cidade, não tem condições de colocar o lixo na sua totalidade que coloque em apreciação ao orgão competente da Prefeitura afim de que está o faça através de administração direta ou então que contrate mais uma empresa para complementar os serviços de coleta de lixo nos bairros da cidade. Também encaminhamos ao governador do estado que estude através do orgão competente a construção de mais uma escola de 1º e 2º grau no bairro do Pricumã. Ao levantarmos a situação da escola de 1º e 2º grau do Pricumã ou seja Dom José Nepot nós chegamos a conclusão de que as salas de aulas estão com um número superior ao que o curriculum estudantil e que a lei número quatro mil trezentos e vinte determina. Por conseguinte estamos solicitando que o governador do estado amplie aquela escola ou construa mais uma escola naquele bairro para atender não somente o bairro do Pricumã mas também outros bairros circumvisinhos. Também ainda com relação a coleta de lixo nós estamos enviando indicação ao Excelentíssimo senhor Prefeito Municipal para que gestione junto a empresa contratada para a coleta de lixo ou seja que presta esse serviço afim de que ela possa também fazer a coleta de lixo no bairro Caranã uma vez que se encontra em igual condi

ções ao bairro Jardim Floresta, e a tantos outros que aqui ainda não encaminhamos indicação. Mas em outra oportunidade registramos que infelizmente todas as indicações levadas e encaminhadas ao Excelentíssimo senhor Prefeito Municipal não sabemos se trata-se de engavetarem na chefia do gabinete do executivo Municipal ou se é na secretaría competente. O certo é que não recebemos nenhuma indicação e muito menos não constatamos nenhuma execução das indicações que nós estamos encaminhando ao Excelentíssimo senhor Prefeito Municipal. Estamos acompanhando sim, as respostas de indicacões de alguns Vereadores que anteriormente se encontravam na mesma situação que nós nos encontramos hoje sem resposta. Felizmente alguns Vereadores vem merecendo atenção do executivo municipal, porém outros nem resposta vem obtendo das suas indicações uma verdadeira discriminação em relação a alguns Vereadores dessa Casa. Por outro lado nós queremos dizer que esse Vereador está no exercício do seu mandato como Vereador e como tal a luz do Regimento Interno desta Casa encontra-se plenamente em condições de em qualquer época tanto no período Legislativo como em recesso exercer a sua atividade desde que haja necessidade desta Casa. Não entendendo porém o motivo pelo qual alguns Vereadores entendem que o recesso nessa Casa ocasionará problemas nos seus trabalhos. Pois entendemos que ao ser remunerado pelo Legislativo Municipal o Vereador está apto para trabalhar a qualquer hora do dia ou da noite em prol dos interesses dos munícipes e consequentemente de toda sociedade do Estado de Roraima. Muito obrigado. Com a palavra o VEREADOR OVÍDIO VIEIRA DA COSTA: Excelentíssimo senhor presidente , senhora secretária, companheiros Vereadores, Eu quero nesta última Sessão fazer um agradecimento especial a todas aquela pessoas que de uma forma direta ou indiretamente contribuiram para que o meu trabalho particularmente tenha sido desenvolvido . Inicialmente quero iniciar o meu agradecimento ao presidente o

Gil que me deu apoio ao chegar aqui no início do meu mandato e temos um diálogo de companheiro, um diálogo de pessoas civilizadas. Quero agradecer a todos os servidores da Câmara Municipal , sempre procurei de uma forma educada trata-los como pessoas humanas. Quero agradecer a todo pessoal da imprensa que de uma forma ou de outra divulgou o meu humilde trabalho nesses cinco meses que estou exercendo o mandato de Vereador e porque também não agradecer a todos os companheiros Vereadores com os quais eu muito aprendí e vou continuar aprendendo pelo menos até no dia trinta e um de dezembro do ano que vem. Tenho certeza que todos vocês tentarão uma reeleição e alguns de vocês companheiros Vereadores tentarão o executivo municipal e vou também tentar essa reeleição mas sempre manter a minha postura que sempre mantive . Não vou mudar a minha postura porque tenho quarenta e cinco anos e a minha postura não deverá ser mudada de acordo com o meu caráter ou com a minha dignidade. Quero nesse momento me reportar sobre o meu irmão Joaquim Ruiz é meu irmão porque é maçon. Eu nunca fiz um pronunciamento envolvendo a maçonaria, mas hoje vou fazer com relação ao Joaquim Ruiz e contar algumas histórias . Em mil novecentos e oitenta e oito quando eu fiquei como suplente de Vereador certa vez eu estava em um bar tomando uma cerveja acompanhado de minha espôsa quando chegou Joaquim Ruiz e começamos a beber normalmente e derrepente veio a questão política , naquele dia, eu defendia como sempre defendi o grupo que pertenço, defendia veementemente a pessoa do hoje brigadeiro Ottomar de Souza Pinto governador do estado. E evidentemente que toda torcida que estava naquele bar foi contra mim e a favor do Joaquim Ruiz. Está aqui a Vereadora Maria de Lourdes Pinheiro, fui parar na casa dela juntamente com minha espôsa apavorado a noite porque quase seria linchado. Esse foi um fato pessoal. Trabalho na Prefeitura de Mucajaí e aquele orgão está numa fase prefalimentar, porque o meu irmão Joaquim Ruiz quando foi Prefeito por

questões políticas colocou para fora do emprego um cidadão de nome Vicenso, um médico conceituado na sociedade mucajaiense por que era partidário do brigadeiro Ottomar e hoje senhores Vereadores a cerca de uma semana a Prefeitura pagou trinta e seis milhões de cruzeiros ao doutor Vicenso que equivaleu a três meses da arrecadação daquela mísera Prefeitura. Aquele povo que foi atingido o Prefeito de uma certa forma desmoralizado e tentando através da imprensa mostrar ao povo essa situação lamentável da Prefeitura de Mucajaí. Em mil novecentos e oitenta e oito quando meu irmão Joaquim Ruiz foi secretário de Finanças da Prefeitura Municipal de Boa Vista fez um contrato irregular de um crédito rotativo com o Banco de Roraima. Esse crédito rotativo era destinado a pagar funcionários públicos municipais e foi desviado para outros meios. Esse crédito rotativo tinha como garantia o FPM exercício de oitenta e oito. Está no processo amarrado. E até hoje ainda não foi pago esse financiamento porque a garantia se refere ao FPM de oitenta e oito. E agora senhoras e senhores o meu irmão Joaquim Ruiz fica tentando de uma forma irresponsável desestabilizar a administração do atual Prefeito que de uma forma ou de outra vem fazendo uma administração razoável. O que eu quero dizer é o seguinte: A maçonaria uma instituição tão nobre não toma nenhuma providência a respeito disso. E eu falo aqui não como Vereador, mas como maçon integrante dessa sociedade da qual tem momento que eu me envergonho de ser maçon em função de casos como esse. Desse cidadão que só procura fazer o mal a sociedade, desse cidadão que não procura se integrar a um sistema democrático para desenvolver o seu trabalho. É uma pessoa inteligente, mas uma pessoa que só usa sua inteligência para o mal . Não procura fazer um trabalho em perfeita consonância com aquilo que vem trazer benefício à sociedade. Lamentavelmente tenho que falar a respeito desse meu irmão e infelizmente a sociedade da qual nós pertencemos deixa esse e outros integrantes dessa socie

-dade fazer cooisas que vem de encontro a legislação daquela soci
- edade e só nós que vivemos lá dentro é que sabemos o quão régi-
- da é a legislação dessa sociedade. Acredito que não estejam dan
-do cobertura a esse tipo de coisa. Acredito não tenho certeza .
- Muito obrigado. PRESIDENTE: Esta presidência quer se manifestar
- com relação a algumas colocações efetuadas na tribuna de hoje .
- Nós queremos dizer aos eminentes Vereadores que a colocação
- quanto ao atrazo da lei orçamentária no que tange a tramitação
- nesta Casa nós queremos dizer que nós recebemos a lei orçamen-
- tária no último dia do prazo legal e estávamos em recesso. As
- sim que terminou o recesso dentro do prazo legal nós encaminha-
- mos a comissão competente. A comissão competente dentro do pra-
- zo legal tentou apresentar um parecer na última Sessão, faze
- mos inclusive uma ressalva que esta Comissão competente se
- assim desejasse poderia duplicar para apreciação da lei orçamen
- tária, tendo em vista que a matéria por tratar-se e caracteri -
- zasse de matéria relevante careceria de estudos mais aprofunda-
- dos e até se fosse o caso seria contratada empresa competente
- qualificada para prestar assistência técnica a esta Comissão
- por conseguinte nós não podemos aceitar determinadas colocações
- efetuadas na tribuna principalmnete hoje, tendo em vista que
-elas são inconsebíveis, elas não são compatíveis com a realida
- de. Se os Vereadores que usaram desse argumentos para colocar
- em cheque para denegrir a imagem desta Mesa diretora desta Casa
- infelizmente não procuraram acompanhar a tramitação do projeto
- dentro dos prazos legais a qual a lei realmente está enquadrada
- Por outro lado nós queremos dizer que com relação a outros pro-
- jetos que não ofram inseridos na Ordem do Dia dos trabalhos nor
- mais desta Casa, foram justamente porque muitos deles não esta-
- vam com seus pareceres conclusos e assim sendo não poderiam ser
- anunciados. Ainda para não fugir ao raciocínio e não deixar pa-
- ra o final, na última Sessão desta Casa a lei foi apresentada

em plena Sessão com um parecer da presidência da Comissão e não sabemos porqual a razão a presidente retirou o parecer evitando se assim que esta lei fosse anunciada e votada hoje. O próprio secretário aqui Vereador Thaumaturgo Nascimento nos pediu para que não colocássemos a lei orçamentária para ser anunciada, tendo em vista que os dois membros da comissão ainda precisariam analizar melhor esta lei e consequentemente os seus pareceres em separado. Voltando a justificativa com relação as colocações quanto aos outros projetos, nós repetimos, todos os projetos que não foram colocados para a Ordem do Dia é porque não estavam com os seus pareceres conclusos, carecendo de assinaturas de membros da comissão entre um deles era o próprio presidente que não tinha assinado nem a ata e nem os pareceres. Por conseguinte também lamentamos determinadas colocações infundadas determinadas acusações facciosas, determinadas colocações que não contribuem em nada com relação a administração dessa Casa. Por outro lado queremos dizer que alguns outros projetos também não foram colocados na Ordem do Dia porque estavam com pareceres desfavoráveis das comissões competentes. Por conseguinte as justificativas e por termos o direito de defesa é que estamos usando neste momento o microfone no uso das nossas prerrogativas para colocar isso aos senhroes eminentes Vereadores que formam o Plenário desta Casa. Por outro lado nós queremos dizer que com relação aos balancêtes mensais desta Casa realmente houve um atrazo, mas já foi apresentado ao Plenário, e a colocação hoje efetuada é matéria preclusa. Não queremos justificar mas somente para informar que o próprio executivo municipal também passou do prazo.

Nós já estamos em novembro, e somente agora estamos recebendo o balancete do mês de agosto, portanto, se houve alguma falha desta Casa, não é que nós estejamos nos justificando, mais também houve do Executivo Municipal, e se os comentários e as acusações viessem de uma forma isentas, de uma forma séria, de uma forma honesta, de uma forma justa, também seria comentado a questão da apresentação do balancete do Executivo Municipal, pois os Vereadores aqui nesta Casa, no nosso entendimento, eles estão para fiscalizar o Executivo Municipal também. Queremos também dizer, aos Srs. Vereadores que infelizmente, à luz de alguns comentários na Tribuna, a luz de algumas considerações efetuadas na Tribuna, à luz de algumas acusações efetuadas na Tribuna, à luz de algumas ameaças efetuadas na Tribuna, nós dizemos aos Srs. que infelizmente estão querendo administrar a Câmara Municipal sem ter competência legal, na medida em que esta Mesa não estiver mais competente para administrar, nós sugerimos aos autores dessas ameaças, nós sugerimos aos autores dessas acusações, que o façam com a competência, porque os homens, os cidadãos, as pessoas humanas não são iguais, alguns tem falhas e outros até talvez tenham virtudes demais, por conseguinte ao assumir determinados cargos, que façam com a competência que acharem conveniente, e que para o qual estiver qualificado, mais enquanto não estiverem no cargo, procurem analisar o trabalho do seu semelhante, daqueles que estão procurando fazer um trabalho sério, um trabalho cumprindo com as suas obrigações, um trabalho cumprindo com o Regimento Interno, um trabalho tentando corresponder a expectativa não somente dos vereadores, mais sobretudo da população do Município de Boa Vista, a qual nos conferiu o direito de exercer a vereança, e este plenário nos conferiu o direito de administrar esta Casa, somente quando não estivermos mais exercendo e nem investido do cargo, é que nós iremos aceitar determinadas acusações, mesmo porque não há com

provação, e não havendo comprovação, não há porque fazer acusações. De sorte Srs. vereadores, que nós só temos a lamentar, determinadas colocações que caracterizamos como infundadas, determinadas acusações que julgamos não corretas, determinadas ameaças que não trazem absolutamente nenhuma contribuição, e dizemos aos Srs. que enquanto Presidente desta Casa, procuraremos fazer e executar o nosso trabalho à luz justamente da nossa obrigação, a qual sempre , em todas as tarefas que fomos incumbidos, procuramos corresponder a expectativa daqueles que em nós confiaram, infelizmente, não podemos agradar a todos, porque nem Cristo assim conseguiu, alguns até fizeram algo para justamente que ele fosse cruxificado, e nós não estaríamos omissos a uma cruz, por conseguinte, não trata-se de uma justificativa , mais trata-se de uma colocação que julgamos plenamente necessária. Queremos também dizer aos Srs., que ainda somente para reforçar a nossa colocação inicial, que a Lei Orçamentária, ela é uma matéria privilegiada, ela é uma matéria que se sobrepoêm a qualquer outra, por conseguinte ela não veio ainda aoplenário , porque não estava conclusa, os pareceres não estavam conclusos, como é e que esta Mesa poderia colocar uma Lei Orçamentária, para ser discutida, para ser votada, se não estava ainda com os pareceres concluídos, segundo nos consta, dois membros da comissão, somente emitiram esse parecer hoje, somente assinaram o parecer hoje, então, porque arguir, porque atribuir, uma culpabilidade à quem não tem, a quem não merece? Além disso, o plenário é soberano, e como tal, já deveria, porque o Regimento Interno assim favorece, assim oferece condições, nós temos alguns artigos no Regimento Interno, que justamente faz com que, tendo a maioria de assinaturas dos vereadores, poderá justamente colocar este projeto em apreciação no mesmo dia da sessão, já aconteceu isso aqui, por conseguinte, se o plenário infelizmente , assim não preferiu, e porque na nossa opinião, entendia que

não era necessário, ou então, que careceria um estudo mais apurado, um estudo mais aprofundado em relação à esta matéria, que é tão grande, é tão polêmica e sobretudo tão importante. Além disso, também queremos dizer, que à luz de alguns requerimentos que foram apresentados nesta noite, nós queremos colocar à este plenário que estávamos esperando uma decisão da comissão e consequentemente do plenário, para votação da Lei Orçamentária que julgamos prioritária, não poderíamos jamais colocar um outro projeto de lei na Ordem do Dia, tendo em tramitação nesta Casa, e entendendo julgasse prioritária, deixarmos de abrir espaço para a Lei Orçamentária. Recebemos aqui , um requerimento assinado por vários vereadores, encabeçado pela vereadora Maria de Lourdes Pinheiro, seguindo-se da vereadora Maria Alice, vereador Thaumaturgo Nascimento, Paulo Duarte, Ovídio Costa, Almir França e vereadora Ilka Malla, solicitando que esta Mesa coloque em regime especial, o Projeto de Lei nº 06 barra noventa e um, que é justamente o Projeto de Lei Orçamentário do exercício de noventa e dois, e por julgar prioritário, nós solicitamos à Sra. Secretária proceder a leitura do requerimento, para consequente apreciação e votação do plenário. Feita a leitura do requerimento da maioria dos vereadores, o Sr. Presidente colocou em discussão. Com a palavra a VEREADORA MARIA DE LOURDES: Sr. Presidente, nós gostaríamos de participar da discussão e dizer o seguinte, esse requerimento nós fizemos e tivemos a aceitação da maioria do plenário, com suas assinaturas, porque entendemos que a Lei Orçamentária deve ser discutida e votada, porque depende dela a projeção do Município, e se nós assim hoje o fizermos, nós deixaremos o projeto já definido, discutido e votado nesta última sessão ordinária do nosso período legislativo. Então, por isso nós estamos fazendo parte deste requerimento , porque achamos de suma importância a votação desta Lei Orçamentária. Não havendo mais vereador interessado em discutir o

requerimento, o Sr. Presidente colocou em votação, o qual foi aprovado pela maioria dos vereadores presentes. Colocado na Ordem do Dia, em regime especial, o Projeto de Lei nº zero seis , barra noventa e um, que dispõe sobre a Lei Orçamentária para o exercício de noventa e dois, e a pedido do Vereador Paulo Magalhães Duarte, de acordo com a decisão plenária, foi suprimida a leitura do mesmo. Em seguida, o Sr. Presidente determinou à Sra Secretária proceder a leitura dos Pareceres em separado dos membros da Comissão de Finanças e Orçamento. Após a leitura dos Pareceres, o Sr. Presidente determinou à Sra. Secretária proceder a leitura das Emendas ao Projeto de Lei nº zero seis, barra noventa e um. QUESTÃO DE ORDEM DO VEREADOR SALOMÃO CRUZ: Sr. Presidente, eu gostaria de levantar uma questão de ordem com relação a emenda. Esse projeto foi encaminhado à esta Casa dia trinta de setembro , a primeira reunião da Câmara nesse período legislativo foi dia quatorze de outubro, segundo o Regimento Interno no seu Artigo cento e dezesseis, parágrafo primeiro diz o seguinte: "as emendas à Proposta Orçamentária serão oferecidas no prazo de dez dias, a partir da isenção da matéria do expediente". Ele foi lido no dia quatorze de outubro, foi encaminhado dia trinta de setembro, então qualquer medida que dê entrada nesta sessão é extemporânea, portanto não pode ser julgada pelo plenário. PRESIDENTE: Nós queremos dizer, que no nosso entendimento , embora consultemos a assessoria jurídica, que este artigo, do Regimento Interno, se refere à comissão , ao plenário, nos parece que a emenda pode ser apresentada em qualquer fase, nós já consultamos a assessoria jurídica, por não sermos uma enciclopédia do Regimento Interno e o mesmo nos oferece respaldo legal, e nós solicitamos à Sra. Secretária proceder a leitura das emendas, e caso elas sejam improcedentes, serão retiradas em qualquer momento. QUESTÃO DE ORDEM DO VEREADOR PAULO DUARTE: Tendo em vista que todos os vereadores estão com cópia da emen

da proposta pelo ilustre Vereador, eu requero à V.Excia. que ouvido o plenário, faça a supressão da leitura das emendas propostas, para que nós possamos caminhar já para discussão das emendas. PRESIDENTE: Vereador, estas emendas que V.Excias. tem em mãos, nos parece ser da vereadora Ilka Malla, e a que ela está lendo não é da vereadora Ilka Malla, por conseguinte, eu pediria a paciência do plenário para que ela continuasse lendo as emendas, tendo em vista que não se encontra a disposição dos vereadores, cópia dessas emendas das quais ela está lendo. QUESTÃO DE ORDEM DO VEREADOR PAULO DUARTE: Sr. Presidente, eu gostaria então, uma vez que, a vereadora está lendo as emendas que não tem neste plenário, consequentemente é contra o Regimento, porque o Regimento diz que todo vereador tem que ter cópia das emendas, dos documentos que estão na Ordem do Dia, e em vista do avançado da hora, eu pediria que V.Excia. permitisse que a vereadora retomasse a leitura, vez que nós não sabemos nem qual é a emenda que ela está lendo, e quem é o autor. PRESIDENTE: V. Excia. não está prestando atenção, mais ela está lendo desde o início dizendo o autor, esta Mesa não tem culpa se V.Excia. não está prestando atenção. VEREADOR PAULO DUARTE: Esta Mesa tem culpa Presidente, porque deveria ter cópia do que está sendo lido. PRESIDENTE: V.Excia. sabe que o projeto de lei foi colocado agora em regime especial, em única discussão, e o tempo é pequeno, e vejam que, naturalmente o seu requerimento pode até ter consistência, mais careceria maior compreensão de V.Excia., tendo em vista que o requerimento acabou de ser aprovado, e foi deliberado a colocação do projeto para regime especial, nós vamos providenciar cópia para ser distribuídas à V.Excias., pois as emendas ainda não entrou em fase de discussão, e a leitura serve justamente para que o plenário tome conhecimento da matéria. VEREADOR SALOMÃO CRUZ: Sr. Presidente, eu só gostaria de saber sobre a questão de ordem que eu levantei, com relação às

emendas, elas estão em prazo extemporâneo, eu queria saber se a assessoria jurídica já deu o parecer com relação às emendas PRESIDENTE: Esta Presidência, em resposta a consulta do vereador Salomão Cruz, coloca que, a luz do artigo cento e sessenta e seis e seu inciso primeiro, no caput deste artigo diz o seguinte: "terão uma única discussão, as proposições seguintes: as que tenham sido colocadas em regime de urgência especial", o que é o caso da Lei Orçamentária nº zero seis, que está em regime de urgência especial. E no artigo cento e sessenta e nove, diz o seguinte: "na discussão única, e na primeira discussão, serão recebidas emendas, subemendas, e projetos de resoluções, apresentados por ocasião dos debates, e em segunda discussão", o que não é o caso hoje, porque este projeto de lei está em única discussão, por tratar-se de está em regime de urgência especial, seria recebida apenas emendas e subemendas. Por conseguinte, em qualquer um dos casos, emendas e subemendas seriam recebidas, se fosse em segunda discussão, acrescentaria-se as propostas de resolução. De sorte que, esta Mesa interpretando o Regimento, entende que procede as emendas as quais esta Mesa continua ainda, por tratar-se de matéria de lei orçamentária e também por estar em regime de urgência especial, a secretaria desta Mesa, continua aguardando, que porventura qualquer vereador desejar dá entrada em emendas, a secretaria receberá as emendas para posterior leitura e consequente discussão e votação das mesmas. QUESTÃO DE ORDEM DO VEREADOR SALOMÃO CRUZ: O Artigo cento e dezesseis do Regimento Interno, a questão da Proposta Orçamentária, é uma questão específica, prova disto está no artigo cento e dezessseis que diz o seguinte: "as emendas e subemendas serão apresentadas à Mesa, até quarenta e oito horas antes do início da sessão, em cuja Ordem do Dia se ache incluída a proposição a que se refere, para fins de sua publicação, a não ser que sejam ofe-
recidas por ocasião dos debates, ou se tratar de projeto de re-

gime de urgência especial, ou quando estejam elas assinado pela maioria dos vereadores. Parágrafo primeiro: "as emendas à proposta orçamentária, serão oferecidas no prazo de dez dias a partir da inserção da matéria no expediente. Então, o Artigo cento e dezesseis, deixa claro, que a Proposta Orçamentária é uma lei específica, e como tal, ela não tem um tratamento de um projeto ordinário, portanto, continuo levantando a questão de ordem, nós tínhamos um prazo para apresentarmos emendas, e o consenso me diz, que uma emenda apresentada no momento, num projeto complexo como é o projeto de lei orçamentária, jamais pode ser analisado e avaliado pelos vereadores em prazo tão curto, por isso é que o Regimento Interno trata a questão orçamentária de forma diferenciada, para que exatamente não se cometa absurdos de se analisar emendas em cima da hora, e se cometa erros na elaboração deste Projeto Orçamentário, fica bem claro a questão do Regimento Interno, quando trata de forma diferenciada a questão da Lei Orçamentária. PRESIDENTE: Nós queremos informar ao eminente vereador, que este projeto está em regime de urgência especial, por conseguinte, foi solicitado e aprovado o requerimento deste plenário, por conseguinte todas as matérias inerentes à este projeto serão discutidas nesta sessão, e os vereadores já sabiam do pequeno tempo para discutir uma matéria tão complexa como esta, porém, assim o plenário decidiu na sua soberania, que esta matéria deveria ser discutida e votada hoje, eu, levando-se em consideração a democracia que reina neste plenário não vemos porque diferenciar emendas, por conseguinte, o projeto de Lei Orçamentário, ele poderia ser votado até o dia primeiro de dezembro de noventa e um, e por conseguinte este plenário decidiu discutir em regime de urgência especial nesta sessão, assim está sendo colocado. Por conseguinte, a nossa interpretação ao Regimento Interno, é que, tratando-se de regime de urgência especial, ela poderá receber emendas em pleno debate, nós gosta

ríamos de colocar isto para o plenário e merecer dele a atenção devida, a discussão quanto as emendas, ela não inviabiliza o projeto, porque elas serão discutidas com antecedência à discussão ao projeto de uma forma globalizada. Por conseguinte, se elas forem aprovadas, elas modificam o projeto, caso contrário, elas não modificam o projeto original, de sorte que, as emendas colocadas pelos vereadores Gilberto Inácio de Araújo e Ilka Malla, esta Mesa entende como procedentes, e nós iremos colocar à apreciação do plenário, tendo em vista que ele é soberano para discutir e votar estas emendas, em seguida, nós colocaremos em discussão o projeto de uma forma global para ser discutido com ou sem a aprovação das emendas, e consequente aprovação do projeto de lei. Nós colocamos para discussão, pela ordem, as emendas recebidas pela secretaria desta Mesa, e continuamos a informar, que qualquer vereador que desejar colocar emendas, esta secretaria em qualquer fase estará recebendo as mesmas. Com a palavra o VEREADOR GILBERTO I. DE ARAÚJO: Sr. Presidente, permita que discuta a emenda, quando necessitar, de uma forma sentado. A emenda modificativa nº zero um, ela propõe modificação na reserva de contingência alocada no Projeto de Lei nº zero seis, ou seja, a Lei Orçamentária para noventa e dois, entendemos que a reserva de contingência, ela é um recurso alocado para algumas eventualidades, por conseguinte, ela não é especificada no bojo dos anexos da referida Lei. Nós estamos propondo, e justificando que, tendo em vista, a impraticabilidade na condução dos trabalhos desta Casa, como os recursos alocados no Projeto de Lei Orçamentário, nós propomos aos Srs. vereadores que este valor, que hoje não está definido no Projeto de Lei do Executivo Municipal, é que tenha o fracionamento na ordem de, reserva de contingência, ficando somente dez milhões de cruzeiros, e noventa milhões de cruzeiros, seriam canalizados para recursos à Câmara Municipal, a qual, através de levantamentos efetuados no depar-

tamento de finanças desta Casa Legislativa, estimou o nosso orçamento em dois bilhões e duzentos milhões de cruzeiros, para o exercício de noventa e dois. Infelizmente, teve cortes, ficando apenas com os recursos de hum bilhão cento e noventa e oito milhões de cruzeiros, o que é insuficiente para se efetuar, se levarmos em consideração, a inflação atual e até mesmo a inflação que poderá acontecer em noventa e dois, e também os reajustes que poderão ser promovidos pelo Executivo Municipal, assim como o custo das mercadorias que são adquiridas por esta Casa, ou seja, material de consumo, material de expediente, rescisão de contrato de funcionários, férias proporcionais, e assim por diante, todos esses valores, que em seus somatórios obtenham aproximadamente dois bilhões e duzentos milhões de cruzeiros, e tendo em vista, repito, que foram alocados apenas hum bilhão cento e noventa e oito milhões, esta Casa ficará com seus compromissos comprometidos até mesmo com os funcionários, com a folha de pagamento, tanto dos funcionários, como dos vereadores desta Casa. Por conseguinte, nós de uma forma humilde, de uma forma consciente, de uma forma responsável, solicitamos a compreensão dos Srs. vereadores, para a referida emenda, tendo em vista que os cem milhões alocados na reserva de contingência, ela não tem uma finalidade precípua para despesas no orçamento municipal , queremos inclusive alertar os Srs. vereadores, que no orçamento de noventa para noventa e um, a reserva de contingência sem prejuízo do orçamento da Câmara Municipal, ela teve um valor bastante alto, sem levar-se em consideração que necessitaria de tanto recurso para esta rubrica de reserva de contingência. Por conseguinte, solicitamos aos Srs. vereadores, que analisem com responsabilidade esta nossa proposição, pois ela visa unicamente a viabilização dos recursos da Câmara Municipal, ao qual são carreados, tanto aos gabinetes de V.Excias., como aos funcionários desta Casa. Muito obrigado. Sem mais vereadores interessa-

do em discutir a emenda, o Sr. Presidente colocou a mesma em vo-
tação. DECLARAÇÃO DE VOTO DA VEREADORA MARIA DE LOURDES PINHEI-
RO: Pela aprovação, e eu gostaria de fazer uma declaração de vo-
to. Eu sou favorável a emenda, porque me preocupa muito o fun -
cionamento desta Casa, e se nós tivermos essa retirada no orça-
mento da Câmara, nós vamos ter dificuldades grandes, com o paga-
mento do pessoal e na folha dos vereadores, a mim preocupa mui-
to, não só pela folha de pagamento dos vereadores, mais pela fo-
lha de pagamento dos funcionários, e compromete inclusive o dé-
cimo terceiro salário dos funcionários desta Casa, e nós para
fazermos essa declaração, nós tivemos o cuidado de procurar
economistas, tão capacitado, quanto os economistas que fizeram
o levantamento dessa Lei Orçamentária, e nós tivemos o cuidado
também de falar com auditores que tem conhecimento em orçamento
municipal, orçamento público, quanto aqueles que dessa lei fize-
ram parte, por isso o nosso voto é favorável a proposta do Ve -
reador Gilberto Araújo. DECLARAÇÃO DE VOTO DA VEREADORA MARIA
ALICE: Eu sou favorável a emenda, e requero todas as palavras
que a vereadora Lourdes falou, nós nos preocupamos em entender
realmente a Lei Orçamentária, nós nos preocupamos em entender
todos esses itens que foram expostos aqui no meu parecer, e nós
nos preocupamos e queremos deixar, queremos que seja registrado
este alerta que nós estamos fazendo aqui, eu sei que todos os
vereadores são conscientes, mais do que nunca, nós devemos ser
conscientes nesta Proposta Orçamentária, nós devemos ser cons -
cientes do que nós estamos votando, nós devemos deixar aqui si-
glas partidárias, queixas políticas, e votar pensando em benefí-
cio do povo, essa emenda do vereador Gilberto, ela não vem bene-
ficiar os vereadores, nem presidente, mais principalmente os
funcionários desta Casa, portanto eu sou pela aprovação da emen-
da do vereador Gilberto. DECLARAÇÃO DE VOTO DO VEREADOR PAULO
DUARTE: Não procede o que foi dito até o momento, uma vez que o

Prefeito Barac Bento, já foi presidente e vereador, e três ve - readores juntos com técnicos de planejamento da Prefeitura Muni_ cipal de Boa Vista, juntos com Secretário de Finanças, auditores, procurador geral do Município, respeito essas consciências que estavam sentadas à mesa discutindo sobre o mérito da Proposta Orçamentária da Câmara proposto e que foi retirado. Essa é uma Casa que cria leis, cria-se idéias, ela não tem poder de execução, e seu gasto é unica e exclusivamente com pessoal, na manutenção de pessoal, e em todos os momentos isso está assegurado no orçamento desta Casa para noventa e dois, o décimo terceiro salário está assegurado no orçamento para noventa e dois de pessoal, o único Presidente desta Casa que fez algum benefício até hoje, não digo benefícios politiqueiros, donativos, não, benefícios funcionais, chama-se Prefeito Barac Bento. Meu voto é não a emenda, por esses fatos, jamais se iria prejudicar uma Casa Legislativa, e o que se está pretendendo fazer é sim , um corte para que não haja, e que não se faça desta Casa Legisla_ tiva, que já foi feito, quando se usava carro para ir à fazenda de vereador, carros da Câmara foi usado. E essa história está nos anais desta Casa, está na consciência dos servidores desta Casa, e já chega de hipocrisia e falsidade para se dá um voto nesta Casa, esse tipo de político é preciso acabar neste País e aqui em Boa Vista e no novo estado, Sr. Presidente sou contra a emenda. DECLARAÇÃO DE VOTO DO VEREADOR SALOMÃO CRUZ: Eu conti_ nuo a insistir na idéia, de que a Proposta Orçamentária, é uma proposta específica e tem um tratamento diferenciado, e todas as emendas apresentadas elas estão extemporâneas, estão fora de prazo. Portanto, vou inclusive requerer à Comissão de Justiça e Redação, representar contra o Presidente desta Casa, que in - sistiu em interpretar de forma errada esse Regimento, não colo- cando inclusive, a questão que é polêmica, para apreciação do plenário, porque sabia que ía perder na apreciação do plenário,

01 - sou contra à essa emenda, e sou contra à todas as emendas que
02 - forem apresentadas de forma extemporânea, contrariando frontal-
03 - mente o Regimento Interno. DECLARAÇÃO DE VOTO DO VEREADOR GIL -
04 - BERTO I. DE ARAÚJO: Nós queremos dizer à esse plenário, à todos
05 - aqueles que acompanham esta sessão, que a nossa emenda, ela de
06 - uma forma democrática, foi apresentada à secretaria, e tratando-
07 - se de um projeto em apreciação de regime de urgência especial ,
08 - nós entendemos que ela por ser procedente, ela traz no seu bojo
09 - uma consistência de informações, e propõe modificações que vi -
10 - sam única e exclusivamente, defender os interesses, não somente,
11 - da administração desta Casa, mais sobretudo, de honrar os com -
12 - promissos que teremos em noventa e dois. Vejam os Srs. que, após
13 - levantamentos que efetuamos, se esta Casa, a luz da inflação
14 - que vivenciamos atualmente, e se não surgir o pacotão do gover-
15 - no federal, aonde congela os salários e congela os preços, medi-
16 - da que já foram adotadas neste País, e que não surtiram efeitos,
17 - nós jamais poderemos arcar com todos os compromissos que a fo-
18 - lha de pagamento obviamente, haver reajuste até o mês de feve-
19 - reiro na ordem de vinte por cento, e se em fevereiro não haver
20 - mais reajuste, nós precisaremos de hum bilhão quinhentos e se -
21 - tenta milhões de cruzeiros para faturar a folha de pagamento de
22 - pessoal, sem ainda levarmos em consideração os valores que ob-
23 - viamente teremos que dispor para pagarmos rescisões, férias e
24 - férias totais, encargos sociais, enfim, uma gama de compromis -
25 - sos que normalmente esta Casa tem ao longo de toda a sua exis -
26 - tência, e vejam bem, se nós precisamos, considerando que apartir
27 - de janeiro com os reajustes, se houver, na ordem de vinte por
28 - cento, porque hoje esta Casa já tem uma folha de pagamento que
29 - poderá chegar a ordem de quarenta e poucos milhões de cruzei -
30 - ros, mais ou menos quarenta e dois no mês de novembro, se hou-
31 - ver um reajuste de vinte por cento, em dezembro já irá para cin-
32 - quenta e poucos milhões de cruzeiros, se houver o

-tivo em janeiro de noventa e dois, e normalmente nesses dissídios -coletivos, os servidores municipais, eles reivindicam acima de trinta por cento, porque hoje nós já recebemos um expediente, já tivemos conhecimento de um expediente do SITRAM, que o reajuste de novembro deveria ter sido de trinta por cento, tendo em vista que há três meses os servidores não foram reajustados, e vejam bem, levando-se somente, em consideração, reajustes na ordem de vinte por cento, em janeiro nós já estaríamos com a folha de pagamento acima de sessenta milhões de cruzeiros, o que teríamos aí só para pagamento de pessoal, incluindo-se o décimo terceiro salário, será pago em junho e o restante em dezembro, nós precisaremos aproximadamente na faixa de hum bilhão e seis centos milhões de cruzeiros, e se levarmos em consideração que há encargos para sanar, há férias para pagar, há rescisão de funcionários para pagar, e até mesmo a manutenção desta Casa, com relação à material de consumo, material de expediente, nós precisaremos no mínimo, pelo levantamento que foi feito pela auditoria do departamento de finanças. Nós tivemos o cuidado, inclusive de conversar com o Chiquinho, que faz a auditoria das contas desta Casa, e ele mesmo fez um levantamento, e nos fez uma mostragem dos volumes financeiros que precisaríamos para o exercício de noventa e dois, inclusive, até nos alertou, de que, esses valores que foram levantados para efeito de cumprimento de regime interno desta Casa, e até da Constituição, eles já estariam defasados hoje, imaginam como não estará defasado no exercício de noventa e dois, se a inflação continuar acontecendo como estamos vivenciando hoje. Por conseguinte, o meu voto é favorável, por entender que é um voto do vereador que é responsável, e que está preocupado com os problemas, de honrar os seus compromissos nesta Casa, com os vereadores, com os funcionários e sobretudo, com os fornecedores, por conseguinte, o nosso voto é favorável. Terminada a fase de votação, o Sr. Presidente anun

ciou a rejeição da emenda por seis votos contrários e quatro tos favoráveis. Em discussão a emenda supressiva nº zero um autoria do vereador Gilberto I. de Araújo. VEREADOR GILBERTO DE ARAÚJO: Ao propor esta emenda, nós fizemos tendo em vista que ao analisar o presente projeto de lei, nos deparamos com a figura da governadoria municipal, nós propusemos que fosse suprimido o inciso segundo, do artigo quinto, do presente projeto de lei , visto que o Município de Boa Vista, pelos documentos que nós dispomos, ele já está comprometido com o Banco de Roraima em liquidação, na ordem de seiscentos e cinquenta e quatro milhões, novecentos e oitenta e quatro mil, vinte e um cruzeiros e setenta e sete centavos, o qual está ajuizado na justiça comum deste estado, e aguarda a expedição de precatória, quanto a sua execução da dívida, sendo até possível, que o próprio FPM do Município, possa ser bloqueado, se assim o determinar o Meritíssimo Sr. Juíz de Direito que analisar esta ação. Então, entendemos que, se o Município já está comprometido nesta ordem , cujo valor poderá até ser aumentado, porque nós iríamos conceder à Prefeitura Municipal o direito de contrair mais empréstimo, de contrair novas dívidas, enquanto não se sane estas importâncias já ajuizadas. Então, nós mandamos ao conhecimento de V.Excias., Srs. vereadores, a fim de que, ao analisarem esta emenda, o façam a luz, justamente dessas informações, tendo em vista, que elas expressam a realidade dos valores aqui citados e a realidade da ação existente, e por conseguinte, nós gostaríamos de em particular, de contar com a compreensão dos colegas vereadores desta Casa, a fim de que não tivéssemos o comprometimento muito maior da Prefeitura Municipal com o Banco de Roraima, e consequentemente, com outros órgãos caracterizadamente como entidades oficiais bancárias de Roraima, ou até mesmo fora do Estado. Nós ao discutirmos esta emenda, o fazemos atentando para o fato da necessidade do não comprometimento do Executivo

Municipal, acima dos valores já citados. VEREADOR OVÍDIO C
Eu tive acesso a este processo, e a Prefeitura fez este fi
ciamento, este crédito rotativo para atender a folha de pag
to dos servidores naquela época, que havia deficiência de ca
realmente. Mais uma coisa ficou bem clara naquela contrato,
que, o FPM comprometido, foi de oitenta e oito, então, no con
trato está explícito, quer dizer, esperteza dos prefeitos qu
passaram por alí e mancada do banco, que não cobrou no períod
que corresponde ao contrato. Então veja bem, apesar de estar na
justiça, a Prefeitura não tem obrigação de pagar, porque pas-
sou do prazo corresponde que era até trinta e um de dezembro de
oitenta e oito, se esse financiamento, fosse dado como garantia
o FPM sem constar o ano, então seria diferente, e essa ação in-
clusive foi desviada uma determinada quantia dessa aplicação, pa
ra aquisição de empenhos, disvirtuando o objetivo do empréstimo
Então, isso aí é uma questão que, eu tenho quase que certeza, de
que realmente isso aí ainda vai rolar por muitos e muitos anos,
cominando provavelmente com a União pagando esse financiamento.
VEREADOR SALOMÃO CRUZ: Na verdade esse financiamento foi empe -
nhando o FPM de oitenta e oito, o Banco de Roraima era um banco
federal, nós éramos naquela época território federal, hoje nós
somos estado, e a tendência da União, é assumir todas as dívi -
das do Município, tanto prova, que a Prefeitura não tem nenhuma
participação nessa dívida, que o financiamento da Caixa Econômi
ca, ele exige uma certidão negativa de débitos, e a Prefeitura
tem em mãos essa certidão, daí porque essa dívida é da União ,
-nós estamos criando aqui, alguma coisa no local que não existe, e
nem tem condições de ter nada, na verdade o que o vereador Ovíd-
dio falou, é verdadeiro, é real, a dívida é da União, a contra-
ção da dívida foi empenhando o FPM de oitenta e oito, a União
vai ter que assumir essa dívida e a Prefeitura está limpa, por-
que contraiu empréstimo recentemente na Caixa Econômica, e ti -

rou uma certidão negativa de débitos, o que comprova a Prei
ra não ter nenhuma ligação com essa dívida de oitenta e oit
READORA MARIA DE LOURDES PINHEIRO: Eu gostaria de participar
discussão, mais gostaria de receber o assessoramento do Chiq
nho, porque,até que me prove o contrário,essa dívida é da Pre
feitura, como a dívida que o Prefeito de Mucajaí pagou, que ta
bém era de prefeitos passados,eram dívidas contraídas também e
épocas passadas e o FPM que foi vinculado à dívida de Mucajaí ,
também era de épocas passadas, e no entanto, ele teve que pagar,
bem disse o vereador Ovídio.Então, eu gostaria de ouvir a orien
tação do Chiquinho, para que podesse me esclarecer melhor quan
to a essa colocação que foi feita agora, se realmente a Prefei-
tura nada tem haver com essa dívida, e se nós pedimos o assesso
ramento, é porque nós gostaríamos de ouvir agora nesse momento,
o assessoramento do auditor desta Casa. VEREADOR GILBERTO ARAÚJO:
Nós entendemos que a decisão, com relação a procedência do débi
to ou não, cabe ao Juíz de Direito, nós não somos especialis -
tas na matéria, nós não estamos aqui para decidir de quem é a
dívida, apenas esta emenda proposta, ela visa salvaguardar os
interesses da própria Prefeitura, porque se o Juíz de Direito ,
decidir que esta dívida é de quem contraiu, porque o Banco de
Roraima está em liquidação, mais ele não deixou de existir,para
voces terem uma idéia, vários pagamentos já foram efetuados nes
te processo de execução, e veja bem, e se estar no judiciário ,
é porque cabe a ele decidir, nós jamais podemos definir se é o
estado que vai pagar, ou a União, por conseguinte, é uma ques -
tão de prevenir, de se preocupar com o débito, se realmente a
Prefeitura hoje não reconhece o que foi contraído pela Prefeitu
ra, porque isso independe do Prefeito, isto é,a Prefeitura que
contrai, é uma instituição. De sorte que, assim sendo, nós acha
mos que somente a decisão do judiciário, é que vai definir, se
realmente a Prefeitura vai pagar ou não , se ele decidir que a

Prefeitura não vai pagar, melhor, porém, o que se quer enfatizar, é que o débito existe, quem contraiu foi a Prefeitura, independente de prefeito A, B ou C, foi a instituição que contraiu o débito, por conseguinte ela existe. VEREADOR OVÍDIO COSTA: Esse financiamento, ele tem uma garantia, foi realmente amarrado a garantia, e a questão da Prefeitura de Mucajaí, é judicial trabalhista, então qualquer recurso que entrasse, realmente seria bloqueada por uma ordem judicial. Então vereadora, eu sei que a Sra. sabe disso, mais são dois casos diferentes. VEREADORA MARIA ALICE: Eu gostaria somente de questionar o seguinte, existe algum documento, provando de que este débito é da União? Porque eu acho, que seria uma irresponsabilidade muito grande do banco, em nos fornecer um documento dizendo que a Prefeitura realmente tem este débito. VEREADORA MARIA DE LOURDES : Eu gostaria de ouvir o assessor e auditor, para dar uma explicação para mim, eu pedi a explicação, é um direito meu ser assessorada, agora, até que me prove o contrário, o assessoramento não devia então vir até a Câmara, porque quando nós temos uma dúvida, temos que nos assessorar, quando é com a parte jurídica é com a Dra. Denise, agora eu quero saber sobre essa parte financeira, que pertence ao auditor da Câmara que é o Dr. Francisco . VEREADOR PAULO DUARTE: Eu tenho um profundo respeito pelo Chiquinho, é um excelente profissional, não questiono isso, até porque não conheço a área contábil tão profundamente como ele conhece, nem vou questionar o seu conhecimento aqui. No entanto Sr. Presidente, esse projeto de lei, já passou e repassou pela Comissão de Finanças e Orçamento, está aqui há uns tres meses , esse assunto já foi polemizado, já foi colocado pelo ilustre vereador Ovídio, eu não vejo porque se ouvir o rapaz, porque vamos colocá-lo numa situação delicada. Eu acho que o projeto de lei está demais discutido, a emenda está aí, no momento em que ela está no plenário é para os vereadores discutí-la, o méri-

to da essencia do documento,digamos assim, e é melhor ele mesmo defender a emenda, por isto que ele se afastou, ele é o autor da emenda, não vamos menosprezar a defesa que o autor da emenda fez e poderá fazer em qualquer momento da discussão da emenda . De formas, Sr. Presidente, que eu não vejo e nem pretendo tirar o direito da vereadora, mais não vejo porque ela reivindicar esse direito, uma vez que o autor da proposição vereador Gilberto, ele pode defender a emenda que está em discussão, vez que ele pode votar, e que se coloque para o plenário decidir, se a gente ouve ou não o que o Chiquinho tem a dizer. VEREADORA MARIA ALICE: O meu parecer por exemplo, foi lido, eu não tive o direito de explicar nada até agora, porque estou aguardando a discussão das emendas, eu acho que trazer um assessor e solicitar o apoio dele, é um direito que assiste ao vereador, eu não sei porque tanto medo então, do Dr. Chiquinho chegar aqui e expor , eu acredito que vai ser útil para todos nós e eu também solicito a presença do Dr. Francisco aqui agora. VEREADOR SALOMÃO AFONSO CRUZ: Sr. Presidente, final de discussão, eu gostaria de fazer dois requerimentos,o primeiro pedindo a prorrogação da hora que nós já estamos bastante avançados,e o segundo, é que para consultar o assessor,precisa da aprovação do plenário,ponha em votação, se o plenário aceitar tudo bem,se não aceitar é matéria preclusa. VEREADOR GILBERTO ARAÚJO: Nós entendemos Sr. Presidente, que, como colocamos nas discussões anteriores, que a decisão,quanto a questão da dívida,nos parece ser do judiciário, tomara que ele decida favorável para a Prefeitura não pagar,mais repito, a nossa proposta é por medida de precaução, e por não ser especialista na matéria , e até porque, nós entendemos que a participação ao auditor Dr. Francisco só iria contribuir para elucidar alguns pontos, até mesmo tratando-se de que no nosso plenário, nós temos a felicidade de contar com um economista, que é o Vereador Ovídio, e esse profissional entende -

ria a luz de uma conversa com o próprio vereador Ovídio, trocar idéia, discutir o assunto e nos assessorar, porque no nosso entendimento, a proposta que dispõe sobre esta supressão, ela tem consistência, ela requer inclusive, uma maior atenção do plenário, dos eminentes vereadores, pois longe deste vereador, tal idéia, de prejudicar administração do Executivo Municipal, porém é no exercício do mandato, é cumprindo com a nossa obrigação, é que nós resolvemos dar entrada nesta emenda, pois submetendo ao plenário, ele decidindo, nós estaríamos com a nossa consciência tranquila, pois foi através da soberania dele, que foi decidido, jamais seríamos derrotados por omissão. Sem mais vereadores interessado em discutir a emenda, a mesma foi posta em votação. DECLARAÇÃO DE VOTO DO VEREADOR GILBERTO ARAÚJO: Nós, ao fazermos declaração de voto de uma forma favorável a emenda, o fazemos justamente, porque estamos preocupados com a dívida existente naquela entidade bancária, e também, ainda pelo ajuizamento, pois entendendo assim, nós ao propormos esta emenda, ela visa unicamente preservar a necessidade de não comprometer o orçamento, tendo em vista que o orçamento da Prefeitura, ele é, na sua fase de receita uma estimativa. E assim sendo, nós não temos ainda certeza, se o Executivo Municipal arrecadarar o valor global estimado na Lei Orçamentária que hoje estamos discutindo, e também, queremos frisar que, mesmo com esta preocupação, nós rezamos até, para que o Juíz defira favorável à Prefeitura, mais não podemos aqui prever esta decisão, nós entendemos que esta emenda, se não atende a todas as necessidades, com relação a uma possível supressão, mais que pelo menos, poderia merecer dos eminentes vereadores uma outra emenda, que podesse fazer com que o Executivo Municipal, não obtivesse uma facilidade e até uma permissão plena desta Casa, para contrair empréstimo, de forma até, limitada, porque no bojo desta lei, existe artigos que está inserido valores que podem tornarem de uma forma limitada, de -

pendendo do que acontecer no ano de noventa e dois, por conse - guinte, o nosso voto é favorável a emenda, e se for rejeitada , nós pedimos aos eminentes vereadores que coloquem uma outra emenda, a fim de que possa justamente contribuir, para que o or_ çamento de noventa e dois, possa ser mais ajustado, e a autoria desta emenda,possa ser de um dos vereadores que exatamente es_ tá votando contra, justamente para que ela possa,quem sabe, ser aprovada pelo plenário. Muito obrigado. DECLARAÇÃO DE VOTO DA VEREADORA MARIA ALICE: O que eu estou vendo hoje aqui, eu nunca tinha visto, em sete anos de mandato, Deus queira,que os verea- dores que estão dizendo sim a tudo, e que estão rejeitando aqui_ lo que deveria ser o certo, estejam certos. Estou manifestando o meu repúdio,à posição de determinados vereadores, se nós não nos respeitamos, quem vai nos respeitar? Se nós não nos fazemos nos respeitar,pelo presidente e pelo prefeito, eles não nos irão respeitar, todo inicio de ano, todo final de ano, de dois para cá,no inicio do ano, o Prefeito fica com maioria dos ve - readores, porquê? Porque quer que a lei orçamentária seja apro- vada na íntegra, o Prefeito atual foi vereador em outra época, ele nunca deu cheque em branco a ninguém, nós temos isso regis- trado em ata,e hoje ele pede este cheque em branco, e nós damos, eu sou pela aprovação. DECLARAÇÃO DE VOTO DA VEREADORA MARIA DE LOURDES: Eu fico muito triste, quando vejo uma situação que es- tamos vendo agora, quando aqui nesta Casa nunca aconteceu isso, em todas as aprovações de lei orçamentária, em nenhum momento , foi feito uma aprovação na íntegra da lei, sempre tivemos a oportunidade de auxiliar o prefeito na sua lei orçamentária, e mais algumas leis que viessem para esta Casa. Hoje, se tira o direito de se ouvir a assessoria de uma pessoa que trabalha nes_ ta Casa, na Prefeitura e na Assembléia Legislativa, nos tres locais onde trabalha, ele tem competência e aprovação de todo mundo, e quando veio para esta Casa, foi pela mãos do ex-verea-

dor Barac Bento, que é o Dr. Francisco, as minhas desculpas à este profissional, à essa pessoa que não tem envolvimento político com qualquer que seja o político desta terra, mais sim, defende somente a competência e a sua capacidade de ser um auditor, eu fico triste de ouvir as colocações que ouvi, nos tirando o direito até, de ser assessorada, eu sou favorável a emenda e vou ser favorável a toda e qualquer emenda, que venha beneficiar e ajudar administração da Prefeitura, e o meu repúdio às colocações feitas hoje aqui. Terminada a fase de votação, o Sr. Presidente anunciou a rejeição da emenda por seis votos contrários e quatro a favor. Em discussão a emenda modificativa nº zero dois, de autoria do vereador Gilberto I. de Araújo. VEREADOR GILBERTO I. DE ARAÚJO: Ao propor esta emenda, nós o fazemos tentando modificar a redação do inciso terceiro do artigo quinto, visto que, abrir um crédito adicional suplementar até o limite correspondente a cinquenta por cento do total da despesa fixada nesta lei, estendendo-se na mesma proporção a Câmara Municipal, efetuando-se desse limite a reserva de contingência. Gostaríamos de explicar que, se este plenário votar o artigo quinto, inciso terceiro, concedendo a Prefeitura o direito de abrir crédito adicional suplementar até o limite de cinquenta por cento do total desta lei, esta mesma proporcionalidade deveria se estender à Câmara Municipal, excetuando-se o limite da reserva, porque tendo em vista que o valor alocado, na lei orçamentária, no que tange à Câmara, em ser apenas cinquenta por cento do valor que seria necessário para sua despesas normais, e havendo esta abertura para a Prefeitura, poderá ser, poderá haver aí um milagre, de haver uma arrecadação acima do estimado, e aí a Câmara também poderia ter direito de suplementar o que foi fixado para a sua despesa. Vejam que, o valor de um bilhão, cento e noventa e oito milhões, nos nosso cálculos, a luz de todo o levantamento efetuado e levando-se em con

01 - sideração os índices inflacionários existentes neste País, não
02 - dá nem para, se pagarmos todos os compromissos como água, luz ,
03 - telefone, telex, folha de pagamento de vereadores, dos gabine -
04 - tes e dos servidores desta Casa, não dá nem para se chegar ao
05 - mês de agosto, e aí se a Prefeitura obter o milagre de arreca -
06 - dar acima do estimado que é vinte e sete vírgula cinco bilhões
07 - de cruzeiros, aí a Câmara Municipal ainda poderia obter uma su-
08 - plementação desse um bilhão cento e noventa e oito milhões,quem
09 - sabe até para chegar ao valor das suas necessidades, que é dois
10 - bilhões e duzentos milhões, hoje, pelos cálculos efetuados está
11 - inclusive defasados. Leve-se em consideração Srs. vereadores ,
12 - que quem concede os reajustes dos servidores é justamente a Pre
13 - feitura, esta Câmara Municipal não tem autonomia para conceder
14 - reajuste, se o Prefeito entender de conceder aumento acima de
15 - vinte por cento, conforme os nossos cálculos, não dará nem pa-
16 - ra chegar até o mês de agosto, e aí esta emenda visa o quê, tal
17 - vez até dentro desse pressuposto milagre,obter uma suplementa-
18 - ção desse recurso. Nós pedimos análise consciente, o bom senso
19 - dos Srs. vereadores,para que esta emenda possa ser votada de
20 - forma favorável. Não havendo mais manifestante em discutir a
21 - emenda, a mesma foi posto em votação. DECLARAÇÃO DE VOTO DO VE-
22 - READOR GILBERTO I. DE ARAÚJO: Nós votamos de uma forma favorá -
23 - vel, por motivos que já expomos na fase de discussão, e levan -
24 - do-se ainda em consideração que,o nosso voto ele é coerente ,
25 - consistente, e sobretudo responsável, por quanto as justificati
26 - vas contidas na nossa emenda, elas justificam este procedimento
27- e por conseguinte essas colocações, nós ainda solicitamos à este
28 - plenário que analise e vote consciente de uma forma favorável a
29 - esta emenda, o nosso voto é favorável. DECLARAÇÃO DE VOTO DA VE
30 - READORA ILKA MALLA: Com todo o prazer vereador Gilberto, porque
31 - realmente voce teve uma assessoria, e eu não admito de maneira
32 - nenhuma que alguém desconfie desse seu trabalho, e votarei com

muito prazer, darei aqui um sim bem grande. Terminada a fase de votação, o Sr. Presidente anunciou a rejeição da emenda por seis votos contrários e quatro a favor. Em discussão a emenda substitutiva nº zero um, de autoria do vereador Gilberto I. de Araújo. VEREADOR GILBERTO ARAÚJO: Levamos a nossa defesa à este plenário, em função da nossa proposta de substituição, com relação à expressão GOVERNADORIA MUNICIPAL, tendo em vista que, no bojo do projeto de lei, ao constar esta nomenclatura, nós buscamos , junto à estrutura administrativa da Prefeitura, e não conseguimos encontrar esta nomenclatura, por conseguinte, a expressão , GOVERNADORIA MUNICIPAL, constante do ítem tres do artigo terceiro do presente projeto, ela está , no nosso entendimento, de uma forma a prejudicar o projeto de lei como um todo. E assim sendo, nós propomos a substituição pela expressão correta, constante da estrutura administrativa do Executivo Municipal, e tendo em vista ainda, colaborada pela lei cento e quarenta, aprovada nesta Câmara , que inclusive cria o gabinete do prefeito e do vice-prefeito. Assim sendo, ao substituir esta nomenclatura, nós estamos propondo o equacionamento dos valores alocados nesta nomenclatura, ou seja GOVERNADORIA MUNICIPAL, ficando o gabinete do prefeito com duzentos milhões de cruzeiros, o gabinete do vice-prefeito cento e quarenta milhões, justamente , porque consta na lei cento e quarenta, que da verba de manutenção do vice-prefeito, seria setenta por cento, e o restante de de cento e quarenta e um milhões, seria para a Câmara pelos mesmos motivos já expostos em emendas apresentadas à secretaria na fase debates deste projeto, este valor de quatrocentos e oitenta e um milhões, ele compõem-se justamente de quatrocentos e dezoito milhões alocados na GOVERNADORIA MUNICIPAL, e mais sessenta e tres milhões colocado no gabinete do vice-prefeito, valor que perfazendo a ordem de quatrocentos e oitenta e um milhões , ficaria equacionado, atendendo a necessidades tanto do gabinete

do vice-prefeito como do prefeito, e consequentemente o valor que seria carreado para a Câmara, contribuiria para equacionar as despesas que imprescindivelmente haverão de acontecer nesta Casa no exercício de noventa e dois, e cujo valor alocado de um bilhão cento e noventa e oito milhões, jamais dará para atender as necessidades globais, até mesmo ao oitavo mês de noventa e dois. Por conseguinte, apelamos para o bom senso dos Srs. Vereadores, a fim de que analisem com carinho, com responsabilidade esta emenda, analise a luz da anormalidade que existe no projeto de lei orçamentário, com relação a esta nomenclatura, e quando deveria ser GABINETE DO PREFEITO, nós apelamos para o bom senso dos Srs. vereadores, a fim de que se possa promover estas correções, e consequentemente alocar os recursos que viriam atender as necessidades destas tres rubricas, tendo em vista inclusive, que o gabinete do prefeito, aquilo que ele não poder comprar, irá adquirir com verba do seu próprio gabinete, ele poderá porque em sua gestão, por ser em sua prerrogativa adminis - tração direta, que são as secretarias que constitui o poder municipal, e até outras rubricas chamadas para o Executivo Municipal, como é o caso da FECEC, ele poderia adquirir bens ou até material de consumo, com rubricas com valores destas secretarias ou então, da FECEC, sem prejuizo obviamente da Câmara Muncipal, que não pode ser modificado por ser um recurso que é alocado e administrado pelo outro poder independente, que é o poder legislativo, por conseguinte, não sendo uma verba indireta da Prefeitura para efeito de administração, já com relação à secretarias, a FECEC, por ter chamado na lei orçamentária os seus recursos o Prefeito poderia até nem gastar todos esses recursos alocados nestas rubricas, e visando minimizar os prejuizos que obviamente acontecerão na Câmara Municipal sem alocação dos recursos necessários, nós apelamos para o bom senso e para o alto índice de responsabilidade e de integridade dos vereadores desta Casa,

a fim de que votem favorável esta emenda. DECLARAÇÃO DE VOTO DA VEREADORA MARIA ALICE: Eu me permito comentar à respeito de governadoria municipal. Quando vi o projeto da lei orçamentária, este título, me preocupei imediatamente localizar aonde estava, inclusive no gabinete de um dos vereadores quando estava reunido o grupo, perguntei para outro vereador, que hoje vai dizer sim a este título: vereador, o Sr. conhece governadoria municipal? Não, não existe governadoria municipal, foi essa a resposta que me foi dada, e hoje com certeza será aprovado que a governadoria municipal permaneça, mais uma vez, eu quero deixar registrado, que eu fico triste por ver que determinados vereadores aqui estão sendo deleguiados, que não lhe foram dados direito se quer de ouvir que o técnico podesse lhe explicar, sou pela aprovação da emenda. DECLARAÇÃO DE VOTO DA VEREADORA MARIA DE LOURDES PINHEIRO: Sou favorável à emenda e gostaria de deixar bem claro, que se nós tivéssemos feito uma emenda inexistente, que não fosse real, poderia ser até mesmo minha, eu reconheceria o êrro e votaria contra, mais no momento em que nós estamos consciente, e para isso, conversamos com muitas pessoas e a todas consultávamos e nos dávamos a mesma resposta, inclusive quando a vereadora perguntou, para o vereador desta Casa, nós estávamos atrás dela. Então não existe, nunca existiu essa governadoria municipal, se fosse para vim na lei orçamentária, tivesse vindo uma proposta antes, para modificar, aí sim, nós aceitaríamos de muito bom grado, só a nomenclatura já deixa o projeto totalmente invalidado e inconstitucional, por isso eu sou favorável a emenda. Após a votação, o Sr. Presidente anunciou a rejeição da emenda por seis votos contrários e quatro à favor. Em discussão a emenda supressiva nº zero um, de autoria da Vereadora Ilka Malla. VEREADORA ILKA MALLA: Eu quero fazer aqui um comentário, eu fiz esta emenda para corrigir um artigo, porque no meu entender, não se pode dár crédito ilimitado para o Poder

Executivo, isto está na Constituição, assim porque razão, o Poder Executivo precisa de recursos para despesas essenciais, a Câmara de Vereadores não se negará a votar favoravelmente. VEREADORA MARIA DE LOURDES PINHEIRO: Como nós fomos impedidos de pedir assessoramento, eu só queria fazer uma colocação aqui, e pedir aos vereadores, que atentem bem para esta situação, os Srs. podem tornar totalmente inviável essa lei orçamentária, esse artigo é inconstitucional, os Srs. podem até e nós também, mais existem outros recursos, porque inconstitucional, é humanamente impossível qualquer projeto ser aprovado, quando aqui reclamamos, conclamamos e pedimos em alto e bom som que cumpra-se o Regimento Interno, tem-se agora a descobrir a lei maior, que é a lei federal, então eu só queria fazer esta colocação, atentem para esse ato. Encerrada a fase de discussão, posta em votação foi a mesma rejeitada por sete votos contrários e tres votos favoráveis. Em apreciação a emenda modificativa nº zero um de autoria da Vereadora Ilka Malla. Em discussão VEREADORA ILKA MALLA: Eu conto com o apoio do nobre vereador Sebastião Bezerra, que deverá provar agora se realmente dará apoio ao BV-Oito ou não. VEREADOR SEBASTIÃO BEZERRA: Nobre Vereadora, parabéns, pelo menos uma vez voces pensaram na Vila de Pacaraima, mas eu tenho certeza que o nosso dígno Prefeito dentro do Município de Boa Vista está inserido Pacaraima. E eu tenho certeza que pela inteligência dele ele irá fazer alguma coisa em benefício daquela Vila. Não precisa ser liberada essa verba porque já foi inserida dentro do Município de Boa Vista. Terminada a fase de discussão, posta em votação foi a mesma rejeitada por sete votos contrários e três votos favoráveis. Em apreciação a emenda modificativa nº zero dois, de autoria da Vereadora Ilka Malla. Sem manifestante para discutir, posta em votação, foi a mesma rejeitada por sete votos contrários e três favoráveis. Em apreciação a emenda supressiva nº zero um, de autoria da vereadora Ilka Malla.

Em discussão, VEREADORA ILKA MALLA: Fiz esta emenda para dar um pouco das minhas idéias para o Exmo. Sr. Prefeito, cabe aos nobres vereadores prevalecer o bom senso na aprovação dessa emenda. Terminada a fase de discussão, a emenda foi posta em votação, sendo a mesma rejeitada por sete votos contrários e três votos favoráveis. Não havendo mais emendas a ser apreciada, o Sr. Presidente anunciou a apreciação do Projeto de Lei nº zero seis, de trinta de setembro de noventa e um. Em questão de ordem a VEREADORA MARIA DE LOURDES PINHEIRO disse: Por não concordar com o projeto e por considerá-lo em alguns artigos inconstitucional, eu me retiro do plenário. VEREADORA MARIA ALICE GOMES: Por não concordar com a maneira que está sendo realizada a votação da lei orçamentária, como está procedendo determinados vereadores, votando sem ter conhecimento se quer do que estão votando, eu me retiro para não participar sequer da votação desta lei orçamentária. Questão de ordem da VEREADORA ILKA MALLA: Eu me retiro desse plenário, por todas as causas e pela falta de respeito para com esta minoria. O Sr. Presidente convidou o segundo secretário à tomar assento, em virtude da ausência da primeira secretária. Em seguida o Sr. Presidente colocou o Projeto de Lei nº zero seis em discussão. VEREADOR OVÍDIO COSTA: Eu quero me congratular com o Prefeito Barac Bento com sua equipe na elaboração desse projeto de lei que foi feito por um cidadão que merece respeito e que tem vinte anos de Prefeitura. Foi prefeito e exerceu quase todas as funções dentro da prefeitura municipal, Sr. Danilo Souto Maior Nogueira, esse cidadão tem competência e faz projetos desse tipo há vinte anos. Portanto, tenho grande respeito por ele e pela equipe que o assessora, vejo esse projeto dentro da lei quatro mil trezentos e vinte, que norteia no orçamento anual das prefeituras municipais. Portanto, merece o nosso respeito, merece o nosso crédito, aqui fala também, deixando um pouquinho modesta parte, um economista que é especialis-

ta nesta área. Muito obrigado. VEREADOR PAULO DUARTE: Sr. Presidente, em fase de discussão o projeto de lei orçamentário, essa despesa de vinte e sete bilhões de cruzeiros a receita do Munic-cípio, nós queremos dizer que, nós somos favoráveis, de uma vez que o Prefeito Barac Bento, tem tido ao longo de sua administração, em seu terceiro ano de mandato, uma aceitação muito grande, em todos os projetos de lei, em sua prestação de contas também, todas elas vem aprovadas, de formas que, como colocou o Vereador Ovídio, o ilustre companheiro Danilo, então com vasto conhecimento da área municipal. Nós vamos reunidos, com os técnicos da Prefeitura para tirar dúvidas, com relação a lei orçamentária. Tivemos horas e horas discutindo, questionando, todos os vereadores aqui perguntaram, questionaram, de todas as formas o projeto de lei orçamentário. E de maneira nenhuma, não vemos qualquer irregularidades no projeto de lei proposto pelo prefeito Barac Bento. Entra de uma forma especial o projeto de lei, depois desse cansaço, que todos nós estamos envolvidos , não registro por que não cabe a mim registrar atribuições dos ilustres vereadores que deixaram o plenário, mas é essa uma matéria de suma importância, para o Município de Boa Vista, a lei orçamentária do ano de noventa e dois e nós vimos o que vimos , nesse plenário. É uma falta de respeito, não para nós vereadores, mas para o próprio Município, para a lei orçamentária em fase de discussão e debate, as emendas todas elas discutidas amplamente, foram valorozamente defendidas pelos autores, estamos aqui meia noite e dez, e na hora de analisar o mérito da questão, a lei orçamentária, se diz de dizer sinal de protesto, esse ausenta do plenário só uma atitude de fraqueza que nós temos reconhecer lamentavelmente isso ocorre aqui, mas vamos sobrebujar tudo isso, esse plenário está aqui, a Câmara está aqui, se a maioria dos vereadores, entrando no dia seguinte, defendendo a lei orçamentária, eu na votação vou me posicionar favorável ,

ao projeto de lei de autoria do prefeito Barac Bento e repudio esse tipo de coisa que ainda acontece nessa Casa Legislativa . VEREADOR THAUMATURGO NASCIMENTO: Nós também queríamos comentar que nós concordamos com a proposta orçamentária do Executivo , baseado já também no trabalho realizado por todo esse ano de noventa e um, e que inclusive, tem ganho aceitação da popula - ção, está ali as pesquisas realizadas, que demonstra que nós vereadores, devemos dar, como aqui o fazemos, o crédito, a con fiança ao Prefeito Municipal. Assim, como os vereadores que sairam protestando, nós da mesma forma repudiamos tal ação, por entender que o processo democrático é isso aí, é o processo de idas e vindas e quem dar a palavra final é a maioria. Então , nós protestamos contra a saída das três vereadoras, que expres saram mais cansaço, e realmente não quizeram ouvir e acompa - nhar o desfecho final do projeto. PRESIDENTE: Ao interpretar e analisarmos profundamente o projeto na sua essência, nós o fi- zemos com bastante profundidade, responsabilidade e atenção , buscando profissionais afinados com a matéria, buscando pro - fissionais mais abalizados no trato desta matéria, nós chega - mos além de todas essas considerações, que acabamos de colocar, nós chegamos a conclusão, de que o projeto careceria de alguns ajustes, evidentemente, que o projeto, ele não é na sua totali dade irregular, absolutamente, não seria plausível, não seria coerente, nós afirmarmos isto, mais também, não seria coerente nós dizermos que o projeto está totalmente certinho e totalmen te perfeito. Porque a perfeição é muito difícil de ser atingi- da. Se fosse assim a nossa presença nesse plenário seria mera- mente homologatória, se fosse assim, a não participação da co- missão de análise do projeto, seria meramente para corroborar. E o que não concordamos, por que ao analisar que vários verea- dores, vários profissionais e até pessoal, como disse há pouco, competente no trato desta matéria, chegaram a informar, chega

ram se orientar, tanto economistas, como advogados, enfim, uma gama de profissionais que jamais poderia emitir parecer, que a luz das suas interpretações técnicas que além das verificações, encontradas no próprio projeto. Nós, ao depararmos com alguns artigos, incisos e parágrafos do presente projeto, nós entendemos que era preciso se propor algumas modificações. E estamos nesse momento de consciência tranquila, estamos com nossa alma lavada, estamos cônscios do dever cumprido, justamente porque pretendíamos que esta lei fosse ser aprovada no nosso entendimento e também a luz dos assessores que tivemos, eles podessem obter as alterações e consequentemente ser aprovada na plenitude do atendimento as necessidades na descrição de seus valores alocados em determinadas rubricas na correção de determinadas , nomenclatura em fazer justiça ao Poder Legislativo com relação ao recurso alocado para a sua administração. De sorte que, infelizmente não fomos felizes nas nossas argumentações aos eminentes vereadores, tanto talvez por falha nas nossas posições , ou foi falta da nossa competência de fazer vê-los a necessidade das modificações ou talvez até pelos próprios vereadores já estarem com a posição firmada e termos de votar contrário as nossas emendas e finalmente nos deixou entristecidos, preocupados e numa situação de ficar pensativos com relação ao futuro da administração dessa Casa e consequentemente a aplicação e desenvolvimento da administração do Executivo Municipal. A aprovação na íntegra da lei orçamentária isso realmente nos preocupa com relação ao comprometimento das aplicações desses recursos. Será que estas aplicações não serão de uma forma prejudiciais a nossa sociedade. Será que as aplicações na plenitude do seu exercício não serão carreados tendo em vista que o ano vindouro é um ano político em detrimento dos servidores desta Casa, em detrimento do funcionamento da administração desta Casa, pois todo levantamento que fizeram, salvo se o Presidente da República ,

congelar o salário e os preços é que esses recursos dará para atender seis meses nesta Casa. Nem a emenda que nós propomos para abertura que é ostensiva à Câmara Municipal foi atendida pelos vereadores e obteve uma rejeição pela maioria. De sorte que lamento profundamente não ter sido entendido pelos eminentes vereadores. Lamento está com esses recursos alocados principalmente no que tange a administração da câmara Municipal. Porem aceito a soberania do plenário para a dotação e obviamente ela acontecerá dentro de determinados minutos. Nós gostaríamos de deixar registrado nos anais desta casa a nossa preocupação com relação a todos esses fatos que realmente hoje nós vivenciamos' aqui damos por encerradaa a fase de discussão e anunciamos a votação e solicitamos ao senhor vice-presidente que dirija os trabalhos da mesa enquanto nos ausentamos por alguns minutos. Após a votação o senhor presidente titular ao retornar anunciou aprovado o projeto de lei nº 06 de 30/09/91 por sete votos favoráveis, maioria absoluta dos vereadores desta casa. EXPLICAÇÕES PESSOAIS Vereador OVIDIO VIERA DA SOSTA: Eu quero aproveitar esse momento envocando as benção do grande arquiteto do universo qie nos deu força para aprovar um documento de fundamental importância para a comunidade boavistense. Quero pela minha formação religiosa pedir um grande arquiteto do universo que em 1992 nós tenhamos a mesma dignidade, o mesmo caráter a mesma fé e a mesma coragem para trabalhar em benefício da comunidade roraimense, procurando sempre afastar do nosso caminho aqueles entraves que aparecerem. Nós sete vereadores que hoje estamos' dando apoio ao prefito estamos dando de uma forma digna e de uma forma sincera. Quero deixar gravado nessa última reunião ' do período legislativo esta mensagem pedindo ao grande arquiteto do universo que nos abençõe a todos. Muito obrigado. Não havendo mais manifestação dos senhores vereadores em Explicações Pessoais o senhor presidente determinou ao senhor Secretário '

proceder a leitura do requerimento sem número de autoria dos vereadores: Salomão Cruz, Paulo Magalhaes Duarte, Sebastião Bezerra, Ovídio Vieira da Costa, Raimundo Dantas Lavor, Almir Forte França e Thaumaturgo Nascimento, baseados no artigo 32 RI requerem a relação dos cheques emitidos pela Câmara Municipal de Boa Vista no período de 1º de julho à trinta e um de outubro de noventa e um, contendo o nº do cheque a data da emissão e o respectivo beneficiário do pagamento efetuado. Após a leitura, o Sr. Presidente disse: de conformidade com o Regimento Interno em seu artigo setenta e cinco o projeto de lei nº dezesseis, dezessete, vinte, vinte e dois e vinte e cinco encontram-se rejeitados por terem seus pareceres contrários das comissões permanentes desta Casa. Os projetos de leis nºs oito, dezoito, vinte e tres, vinte e quatro, vinte e oito e vinte e nove, somente poderão ser apreciados caso seja indeferidos sessões extraordinárias dessa Casa tendo em vista a cessação do período legislativo desta Casa. Agradecemos a todos os Srs. e declaramos encerrada esta sessão.

PLENÁRIO "ESTÁCIO PEREIRA DE MELLO", Boa Vista-RR, 18-11-91

GILBERTO INÁCIO DE ARAÚJO
Presidente

ILKA MACÊDO MALLA
1ª Secretária